



Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira

**Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Cláudia no
período de 1960 a 1985**

Pamella Liz Nunes Pereira

Rio de Janeiro
2016



Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira

**Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Cláudia no
período de 1960 a 1985**

Pamella Liz Nunes Pereira

Dissertação apresentada à Pós-graduação
em Saúde da Criança e da Mulher, como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Dr^a Claudia Bonan Jannotti
Co-orientadora: Dr^a Cristiane Da Silva Cabral

Rio de Janeiro
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA NA FONTE
INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE
BIBLIOTECA DA SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA**

P436 Pereira, Pamella Liz Nunes.

Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Cláudia no período de 1960 a 1985 / Pamella Liz Nunes Pereira. – Rio de Janeiro, 2016.
106 f, il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

Orientadora: Claudia Bonan Jannotti
Co-orientadora: Cristiane Da Silva Cabral

Bibliografia: f. 101-106

1. Anticoncepcionais. 2. Imprensa. 3. Mídia. 4. Pílula. 5. Revistas Femininas.
6. Planejamento Familiar. 7. Políticas Públicas de Saúde. I. Título.

CDD 22.ed. 613.94

Dedico a todas as mulheres pretas e trabalhadoras que ousam sonhar.

AGRADECIMENTOS

Às minhas orientadoras, Dra. Cláudia Bonan Jannotti e Dra. Cristiane Da Silva Cabral, pela paciência, presença, partilha do conhecimento e oportunidade.

À Dra. Andreza Rodrigues Nakano, por suas contribuições valiosas e apoio.

À Dra. Ivia Maksud e à Dra. Daniela Manica por contribuírem com o meu trabalho desde a qualificação até o tão esperado momento da defesa.

Ao amigo Josué Ferreira de Souza (*in memoriam*), por ter sido a pessoa mais maravilhosa e ácida que já conheci. Nosso amor e nossa amizade se encontrarão no infinito.

À Fiocruz, essa instituição que me acolhe desde a graduação, sempre me oferecendo conhecimento e formação de alta qualidade.

Ao IFF, onde aprendi muito e tenho sido muito feliz. Esse título de mestre torna-se ainda mais especial por ser obtido em uma casa preocupada com a mulher de forma gradativamente mais abrangente.

Ao corpo docente do IFF, que me acolhe desde a minha entrada no curso de mestrado.

À colega de orientação e amiga Tania Maria Dias, por sua generosidade, disponibilidade e companheirismo. E por ter feito com muita competência um trabalho de tema semelhante, que antecedeu o meu, e que contribuiu imensamente para o meu êxito nesta jornada.

Às colegas de orientação e amigas Ana Pimentel e Liana Carvalho, pela amizade, carinho e palavras de apoio. A nossa união e troca de ideias foi fundamental.

Aos familiares, José, Rodrigo, Bruno, Pedro, Aninha, Miguel e, João, pelo amor, compreensão, suporte e carinho. Nada no mundo pode me abalar, pois tenho vocês comigo.

Aos meus amigos da turma de Ciências Sociais da UERJ, sem os quais eu não estaria aqui. Vocês são uma luz que brilha e aquece o meu coração. Amo vocês!

Aos orixás, principalmente minha mãe Oya e meu pai Odé. A fé que venho desenvolvendo tem sido fundamental na minha evolução humana e intelectual.

À minha querida, amada e idolatrada mãe, Josefa, não acho palavras, te amo muito e não seria nada sem você!

RESUMO

Novas tecnologias contraceptivas se difundiram no Brasil a partir dos anos 1960, dentre elas, a pílula anticoncepcional. Esses medicamentos foram distribuídos por entidades privadas de planejamento familiar, ou prescritas em consultórios privados e vendidas nas farmácias e, em poucos anos, milhões de mulheres brasileiras já usavam esses produtos. Este estudo destaca importantes elementos que impulsionaram o status que a pílula possui atualmente, ela é o principal método contraceptivo reversível utilizado pelas mulheres brasileiras, e é distribuído pelo Sistema Único de Saúde. Esta análise é de caráter sócio-histórico e utiliza como fonte matérias publicadas na revista *Claudia* da editora Abril. São analisados debates veiculados entre os anos de 1962 e 1980 sobre a pílula anticoncepcional, por meio de notícias que abordam a inserção dessa tecnologia nas relações afetivo-familiares e na moralidade, no trabalho feminino, e nas relações das mulheres com o saber médico. No acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, fez-se o levantamento de matérias que versavam sobre a pílula anticoncepcional publicadas na revista, incluindo notas, reportagens, cartas de leitoras, colunas e outras. As pílulas anticoncepcionais despertaram interesse e entusiasmo da imprensa feminina, que advogou em seu favor contribuindo para a construção de sua imagem. A revista *Claudia* serviu como meio de propagação do discurso científico e de determinadas normas sociais que ditam o comportamento feminino hegemônico a ser performado. A pílula anticoncepcional vem configurar mais uma forma de cumprimento do comportamento reprodutivo ideal que então se definia para as mulheres, contribuindo para a ampliação das possibilidades de planejamento reprodutivo e decisões individuais. Contudo, em um processo ambivalente, as oportunidades atribuídas às novas tecnologias de gestão da fecundidade conjugavam-se às visões tradicionais (moral sexual, constituição de família, planejamento familiar) e incertezas (efeitos colaterais, riscos para o feto) acerca desse então novo medicamento.

Palavras Chave: Anticoncepcionais, imprensa, mídia, pílula, revistas femininas, planejamento familiar e políticas de saúde.

ABSTRACT

New contraceptive technologies such as the contraceptive pill were disseminated throughout Brazil as from the 1960s. These medicines were distributed either by private entities for family planning or prescribed by private clinics and sold in pharmacies. Within a few years, millions of Brazilian women started using these products. This study highlights important elements that have fostered the pill's current status as the main reversible contraceptive method used by Brazilian women, being distributed by the country's Unique Health System (SUS). It is a socio-historical analysis that uses a series of articles published on Abril's Claudia magazine as research source. Debates on contraceptive pills published between 1962 and 1980 are analyzed based on news covering the introduction of this technology in the affective and family relationships, as well as in morality, in the feminine workplace and in the relationships between women and medical knowledge. The assessment of the material on contraceptive pills published in the magazine was conducted in the National Library of Rio de Janeiro, and it includes articles, reports, letters of readers, and columns, among others. Contraceptive pills generated enthusiasm among the feminine press, which took a favorable position towards it and thus contributed to building a positive image. Claudia magazine functioned as a disseminator of scientific speech and specific social norms which dictate the hegemonic feminine behavior that is ultimately performed. Contraceptive pills configure another way of complying with the ideal of reproductive behavior that was defined for women at that time, contributing to increase the possibilities of reproductive planning and individual decisions. Nonetheless, it was an ambivalent process, in which the opportunities attributed to the new technologies for fecundity management were combined with traditional visions (of morality, sex, family composition and family planning) and uncertainties (collateral effects, risks for the fetus) regarding the new medicine.

Keywords: Contraceptive Agents, press, media, feminine magazines, family planning, healthcare policies.

LISTA DE SIGLAS

BEMFAM	Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar no Brasil
CPAIMC	Centro de Assistência Integrada a Mulher e a Criança
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DIU	Dispositivo intrauterino
EUA	Estados Unidos da America
FDA	Food and Drug Administration
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPF	International Planned Parenthood Federation
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PPGAR	Programa Prevenção a Gravidez de Alto Risco
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde
PSMI	Programa de Saúde Materno Infantil
SUS	Sistema Único de Saúde
SOF	Serviço de Orientação à Família

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição em números absolutos da quantidade de matérias selecionadas sobre contracepção na Revista Claudia, entre 1962 e 1985.....	38
Figura 2. Claudia, Novembro de 1962 Capa.....	51
Figura 3. Claudia, Novembro de 1962 p.50 e 51	52
Figura 4. Claudia, Novembro de 1962 p. 52	55
Figura 5. Claudia, Novembro de 1962 p.52	59
Figura 6. Claudia, Janeiro de 1965 p.22.....	68
Figura 7. Claudia, dezembro de 1969 p.93	71
Figura 8. Claudia, Dezembro de 1969 p. 96	72
Figura 9. Claudia, Março, 1975 p.42	88
Figura 10. Claudia, Abril de 1978 p.103 e Claudia, Julho de 1980 p.203.....	93
Figura 11. Claudia, Maio de 1979 p.225.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Principais revistas femininas de circulação nacional nas décadas de 1960 e 1970.....	29
Tabela 2. Lista de Capas	41
Tabela 3. Concentração de matérias por seção	44
Tabela 4. Gêneros jornalísticos	45
Tabela 5. Autores	48
Tabela 6. Frequência das Vozes.....	50

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Aspectos históricos.....	14
2.1. O aparecimento dos hormônios sexuais e da contracepção hormonal	14
2.2. O contexto brasileiro na chegada das pílulas anticoncepcionais	17
2.3. A questão populacional e a pílula anticoncepcional no Brasil	19
3. Apontamentos TEÓRICOS	23
3.2. Modernidade Gênero e Tecnologia	23
4. METODOLOGIA	27
4.1. A mídia como fonte: fundamentação teórico-metodológica	27
4.2. Delimitação do período estudado e escolha da revista	28
4.3. Seleção de matérias, organização e análise do material	30
5. RESULTADOS	32
5.1. A Claudia e o universo das revistas femininas brasileiras.....	32
5.1.1. Claudia e seu público.....	34
5.1.2. A abordagem de Claudia	37
5.2. Caracterização geral do corpus de matérias do estudo	38
5.2.1. Distribuição anual.....	38
5.2.2. Capas	41
5.2.3. Seções	43
5.2.4. Concentração de matérias por seção.....	43
5.2.5. Gêneros jornalísticos	45
5.2.6. Autores	47

5.2.7 Vozes	50
5.3 – Claudia apresenta a pílula anticoncepcional às mulheres brasileiras	51
5.4. A mulher atual e aprimorada	60
5.5. Tecnologias de fecundidade e dinâmicas familiares	63
5.6. A era das controvérsias.....	67
5.6.1 Flexibilizando a Igreja.....	67
5.6.2. Riscos controlados: saúde e população	72
5.7 – A pílula na rotina da mulher e a busca das condições ideais de uso	78
5.8 – Riscos assumidos.....	87
5.9 – Retomando o posicionamento pró-pílula.....	92
6. Conclusão	96
7. Referências	101
8. apêndice 1 – Ficha descritiva.....	104
9. anexos	106
9.1. Anexo 1- Termo de responsabilidade para utilização de imagens do acervo da fundação Biblioteca Nacional.....	106

1. INTRODUÇÃO

No início dos anos de 1960, as mulheres brasileiras tiveram a oportunidade de experimentar uma nova maneira de gerir seus corpos por meio de um “novo produto” dito revolucionário. Com esse produto, o ciclo menstrual, o espaçamento entre as gestações, o número de filhos, bem como a relação sexual se tornaram passíveis de modificação e controle. Nesse sentido, já não mais representariam a vontade de uma natureza, às vezes dita “imperfeita” e, que “subjugava” as mulheres. Ao longo de décadas de difusão e uso, esse produto e a forma de regulação que ele proporcionou tornaram-se tão precisos e consolidados, que adquiriram os sentidos de direito, responsabilidade, revolução dos costumes e estilo de vida.

A descoberta “mágica” em questão era a pílula anticoncepcional. Ela foi desenvolvida nos Estados Unidos da América por uma rede que reunia interesses feministas, científicos, médicos, econômicos e políticos ¹. Pouco depois de sua criação, a pílula ganhou o mundo e, no Brasil, ela também foi rapidamente absorvida pelas mulheres. Atualmente, o acesso à pílula anticoncepcional faz parte das políticas de saúde e ela é distribuída gratuitamente no Sistema Único de Saúde ². Diversos autores que se debruçaram sobre a contracepção hormonal, entendem que esta é uma ferramenta eficaz tanto para políticas de controle reprodutivo, de vários matizes, quanto para o exercício da autonomia e dos direitos reprodutivos no âmbito individual.

A temática de interesse neste estudo é a história desse objeto médico e social. O eixo escolhido para o desenvolvimento desta dissertação foram os discursos sobre a pílula anticoncepcional em uma revista feminina de grande circulação nacional - a revista *Claudia* - entre os anos de 1962 a 1980. Essas duas décadas recobrem o período de introdução, difusão, controvérsias e estabilização da pílula ³, e também

correspondem aos anos de intensos debates que culminaram no primeiro posicionamento oficial do Estado brasileiro sobre o controverso assunto do “planejamento familiar”. Fruto de argumentações e pressões da sociedade civil, a posição do governo foi incluir a contracepção e métodos anticoncepcionais em uma política de saúde, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), anunciado pelo Ministério da Saúde em 1983.

Observar de forma crítica a trajetória da pílula anticoncepcional no nosso país significa examinar algumas das intervenções biomédicas mais praticadas sobre e pelas mulheres brasileiras nos últimos 50 anos. Novas pesquisas para ampliar os conhecimentos acerca dos métodos contraceptivos e das práticas de contracepção são de suma importância para a saúde pública e para as mulheres, na perspectiva dos direitos, da equidade de gênero e da cidadania. Assim, este estudo visa a contribuir para o preenchimento de lacunas no que tange à história da introdução de tecnologias de saúde reprodutiva no Brasil e está inserido em um projeto de pesquisa mais amplo, a saber: *Indústria Farmacêutica, Médicos e Estado: a trajetória dos contraceptivos hormonais no Brasil*, coordenado pelos pesquisadores Claudia Bonan e Luiz Teixeira. O projeto teve início em 2013 e seus desdobramentos estão em curso.¹

O objetivo geral da dissertação foi analisar as mensagens veiculadas pela revista *Claudia* sobre a pílula anticoncepcional, sobretudo no que concerne às implicações desse produto no que diz respeito aos comportamentos sexuais e reprodutivos e aos papéis femininos ao longo desse período. Especificamente, quisemos analisar os debates

¹ O estudo foi devidamente cadastrado na Plataforma Brasil e submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisas do Instituto Fernandes Figueira, obtendo autorização sob o nº CAAE 31058114.0.0000.5269 670.657.

sobre os efeitos da introdução dessa tecnologia nas seguintes dimensões: as relações afetivas e vivência da sexualidade; as dinâmicas familiares e vivência da maternidade; os costumes e os valores morais; a participação social e o trabalho feminino; e a relação das mulheres com o saber médico.

A utilização de periódicos como fonte de investigação histórica tem sido rica na exploração de contextos e discursos⁴. Essa estratégia revela não somente o que estava reservado para os leitores, mas também a forma, o tom e a relevância com as quais o assunto era tratado. Ao utilizarmos a *Claudia* como fonte, tivemos acesso às discussões em torno dos tabus, das expectativas, dos medos e das novas “prescrições” sociais e comportamentais conjugadas ao surgimento dos “modernos métodos anticoncepcionais”.

Esta dissertação está organizada em seis capítulos.

No primeiro capítulo, *Introdução*, fizemos uma apresentação do tema, explicitando os objetivos e a justificativa deste estudo.

No segundo, denominado *Aspectos Históricos*, apresentamos uma exposição dos principais temas e contextos que embasaram a pesquisa. Esse capítulo se subdivide em três partes: *Os hormônios e a contracepção hormonal*, que trata do surgimento e utilização dos hormônios e das novas formas de contracepção feitas a partir deles; *O contexto brasileiro da chegada das pílulas*, na qual será discutida a contracepção hormonal no Brasil de forma específica; e *A questão populacional e a pílula no Brasil*, que aborda os debates sobre a questão do controle populacional, também especificamente no contexto brasileiro.

O terceiro capítulo, *Apontamentos Teóricos*, está dedicado aos conceitos, eixos analíticos e principais questões teóricas que guiaram as nossas análises, que consistem basicamente em como as novas tecnologias modernas, gestadas no âmbito da biomedicina, têm incidido sobre as normas que regem o feminino.

No quarto capítulo, *Metodologia*, descrevemos detalhadamente os materiais e a metodologia utilizados neste estudo. Essa seção está subdividida da seguinte maneira: *A mídia como fonte: fundamentação teórico-metodológica; Delimitação do período estudado; Escolha da revista, seleção de matérias, organização e análise do material.*

O capítulo dos *Resultados*, quinto da dissertação, apresenta as nossas principais análises obtidas a partir das matérias publicadas em *Claudia*. Inicialmente, contextualizamos a revista e sua posição como veículo de comunicação no universo das revistas femininas brasileiras, detalhando as estratégias de mediação entre revista e público e caracterizando o corpus de matérias do estudo. Em seguida, fazemos uma análise descritiva dos dados, por meio de gráficos e tabelas. Por fim, apresentamos reflexões mais apuradas sobre as matérias eleitas como mais significativas no período sobre o qual nos debruçamos para esse estudo, cujo foco está entre 1962 e 1980.

Finalmente, o sexto capítulo traz as principais *Conclusões* do estudo.

Há ainda uma parte composta por *Apêndice e anexos*, na qual exibimos a ficha descritiva utilizada para orientar a análise do material e a autorização para o uso do acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Convidamos as leitoras e leitores a adentrar conosco o universo de *Claudia* e a fazer conjuntamente uma releitura das discussões então realizadas sobre a pílula anticoncepcional.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

Diversos acontecimentos cruzam-se na história do desenvolvimento da pílula anticoncepcional, tais como: as novas demandas sociais interpostas com o avanço dos processos de modernização; o desenvolvimento de conhecimentos sobre a fisiologia da reprodução e sobre hormônios sexuais; o ativismo de movimentos feministas; a consolidação da indústria farmacêutica; a emergência da “questão populacional”; o aprofundamento dos processos de medicalização, entre outros ^{5,6,7} .

A invenção da contracepção hormonal em formato de pílula se dá nas encruzilhadas desses processos. Os apontamentos históricos desta dissertação não pretendem ser exaustivos nem instituir uma causalidade ou linearidade aos fatos, mas sim delinear aspectos que julgamos essenciais na bibliografia para a contextualização da história social da pílula e da contracepção.

2.1. O aparecimento dos hormônios sexuais e da contracepção hormonal

No século XIX, o processo de ascensão da biomedicina teve como uma de suas expressões o surgimento da “medicina da mulher” que, em seus dois ramos, a obstetrícia e a ginecologia, começava a remodelar as “visões do feminino” ⁸ . Primeiro o útero, em seguida os ovários e, mais tarde, - já no limiar do século XX - os hormônios sexuais foram pilares de esquemas explicativos sobre o corpo, os comportamentos e a índole das mulheres. Na primeira década dos anos de 1900, a endocrinologia surge como especialidade. A ideia de hormônios como “mensageiros químicos” que regulam à distância os órgãos e funções corporais surgiu nesse período e, muito em breve,

apareceria também o conceito de “hormônios sexuais” como mensageiros químicos da feminilidade e da masculinidade. Desse modo, iniciava-se uma nova interpretação da fisiologia dos corpos e novos objetos biomédicos para a prática clínica⁷.

Esta, por sua vez, possibilitou a inserção dos hormônios no dia a dia e deu novo impulso aos processos de medicalização dos indivíduos, transformando questões corriqueiras em problemas médicos que necessitariam de tratamento constante, como ocorreu com a menopausa e as irregularidades naturais dos ciclos menstruais⁷. Segundo Nelly Oudshoorn⁷, o ideal dos hormônios como solução para os “problemas” cotidianos foi fundamental para alavancar as investigações científicas e o posterior desenvolvimento da indústria de medicamentos de base hormonal. Os corpos começavam a ser vistos como passíveis de modificação e aprimoramento, para que cumprissem as novas expectativas sociais.

Há um intervalo de mais ou menos 30 anos entre a emergência das pesquisas com hormônios sexuais e o desenvolvimento da pílula, muito embora a possível função contraceptiva não fosse desconhecida pelos pesquisadores desde a década de 1920. A transformação dos hormônios sexuais em tecnologias contraceptivas precisou de um momento em que isso fosse oportuno para os interesses sociais⁷.

Esse momento se deu após a Segunda Guerra Mundial, quando é patente o interesse pelo desenvolvimento de um método contraceptivo eficaz, prático e difundível em grande escala e que poderia ser desenvolvido com recursos das novas tecnologias da era moderna. No cenário do pós-guerra, o parque industrial e as ferramentas tecnológicas das companhias farmacêuticas tinham se ampliado enormemente. Além disso, impulsionados pelo temor de um “boom” populacional, movimentos neomalthusianos foram relançados; e o clima da Guerra Fria e a nova ordem mundial, com hegemonia norte-americana, incitavam estratégias globais de controle de

populações, sobretudo nos países mais pobres. Por seu turno, antigos e novos feminismos e movimentos de *birth control* reestruturavam-se e retomavam a questão do controle da fecundidade e planejamento familiar, ao passo que os processos de urbanização, escolarização e industrialização se aceleravam ^{7, 1}. Nesse contexto, a temática da contracepção se consolidava nas pautas mundiais.

Com sua hegemonia no mundo ocidental, os Estados Unidos pareciam ser o lugar certo para o desenvolvimento de novas tecnologias médicas. A história reuniu Margareth Sanger (enfermeira, ativista e defensora do planejamento familiar), Katherine Dexter McCormick (milionária e filantropa), Gregory Pincus (biólogo e pesquisador de hormônios) e John Rock (ginecologista católico que pensava em desenvolver um método que simulasse as funções naturais do corpo feminino) nos esforços que culminaram na produção do primeiro contraceptivo hormonal autorizado por uma agência reguladora e colocado no mercado ^{7, 1}.

O Enovid, marca da primeira pílula anticoncepcional autorizada pelo *Food and Drugs Administration* dos Estados Unidos em 1960, continha estrogênio e progesterona sintética. Antes de sua comercialização, o produto foi testado em mulheres porto-riquenhas nos anos 1950. O local foi escolhido para driblar as leis americanas de ética em pesquisa. Porto Rico tinha uma alta taxa de fecundidade e elevado grau de pobreza. A hierarquia de poder do capitalismo e a liberdade de atuação dos pesquisadores, devido à baixa fiscalização das práticas médicas e científicas, favoreceram a escolha daquela população como alvo dos primeiros experimentos¹.

A regulação da fecundidade e da reprodução pela via hormonal encaixa-se no perfil das questões humanas que foram incorporadas à responsabilidade médica. Os métodos centrados no ato sexual ficaram ultrapassados, visto que os hormônios, além de ser a descoberta mais recente e moderna, ofereciam a oportunidade de regular a

fecundidade por meio de intervenções fisiológicas e não mais de outras de caráter comportamental.

2.2. O contexto brasileiro na chegada das pílulas anticoncepcionais

O processo de medicalização do corpo feminino e da reprodução estava em um estágio bem avançado quando a contracepção hormonal chegou ao país. No limiar do século XX, as práticas de higiene foram introduzidas nas famílias e as mulheres foram eleitas como parceiras dos médicos na divulgação e promoção de novos hábitos medicamente prescritos. A aliança entre mulheres e médicos pode ser vista como uma “afinidade eletiva”⁵, pois os médicos divulgaram os seus ideais e um estrato representativo e privilegiado das mulheres adquiriu conhecimento e instrumentalizou-se em relação à cidadania e à educação. Devido à sua posição social, essas mulheres serviram de modelo de mãe e cidadã e contribuíram para a introjeção de novas normas relacionadas ao cuidado com a família⁵.

O ideal de modernidade era o pano de fundo dessa relação. As novas práticas de higiene e aplicação das novas descobertas da medicina davam ares de avanço ao país, que buscava romper com o passado colonial e inserir-se no mundo do capital. No bojo desses processos, a mulher se tornava a responsável pela saúde do grupo familiar: não só a maternidade e a maternagem foram medicalizadas, mas a reprodução, a gravidez, a sexualidade, enfim, a mulher como um todo.

Com esses antecedentes, quando o mercado brasileiro recebeu a pílula anticoncepcional nos anos de 1960, ela foi incorporada como um instrumento moderno, que substituiria os métodos “antigos” por outro mais seguro, eficaz e oportuno, e, além disso, com respaldo profissional dos médicos. Sua difusão e circulação foram precoces

– em 1962, pelo menos, já estava sendo comercializada - e seu uso era incentivado, apesar da proibição legal^{II}. A imprensa, principalmente as revistas, divulgava o medicamento, fazendo de modo oficioso no lugar dos médicos aquilo que a lei os proibia^{5,9}.

Os laboratórios tiveram alguns cuidados no lançamento e na divulgação das pílulas anticoncepcionais. Na propaganda, o efeito contraceptivo não era apresentado como o principal; em vez disso, era enfatizada a função de controlar e regular os ciclos menstruais e a menção ao efeito anovulatório era uma sutil advertência nas bulas. No ano de 1966 foram vendidas 6 milhões de cartelas, e em 1974 a venda chegou a 38 milhões de cartelas¹⁰.

Em nosso país, a distribuição da pílula ocorreu por dois circuitos principais: a compra nas farmácias e a distribuição gratuita por entidades privadas de planejamento familiar. A segunda forma de distribuição ocorreu principalmente a partir segunda metade da década de 1960³, e a sua história está ligada à história dos debates sobre a “crise demográfica” no Brasil.

^{II}Até 1979 era proibido no país divulgar, incentivar ou prescrever métodos contraceptivos. A Lei das Contravenções Penais, de 1941, em seu artigo 20 proibia: “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar o aborto ou evitar a gravidez”.

2.3. A questão populacional e a pílula anticoncepcional no Brasil

A questão do controle populacional no Brasil foi alvo de acirradas disputas entre, de um lado, um grupo de atores chamados de “anticontrolistas”, que se opunham à implantação de políticas de contenção demográfica e, de outro, um bloco “controlista”, favoráveis a tais medidas ^{10,11}.

O primeiro grupo tem as suas bases no histórico pró-natalista do Estado e da sociedade brasileira, na defesa da moral e dos costumes tradicionais e, nos preceitos da Igreja Católica, encarnando o que o foi chamado de “pró-natalismo difuso” ¹⁰. O segundo grupo é composto pelos defensores dos ideais neomalthusianos e desenvolvimentistas ^{10,11} e seus componentes pregavam a redução do crescimento populacional como necessária para a manutenção dos recursos naturais, o desenvolvimento econômico e a paz social. Essa corrente acreditava que com o advento de mecanismos viabilizadores dessa redução haveria uma correspondente redução da pobreza, que era vista como consequência direta da “superpopulação”. A disputa entre esses grupos torna-se proeminente a partir da década de 1960, em especial, com a chegada da pílula anticoncepcional e de outros novos métodos contraceptivos desenvolvidos com tecnologias médicas ^{10,11}.

Em 1959, com a Revolução Cubana, novas questões surgiram para o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, que incorporou o discurso controlista com a finalidade de fiscalizar o tamanho das populações pobres da América Latina. Porém, anos mais tarde, o que ocorreu foi a instalação de ditaduras militares em diversos países latinos, e não a temida “cubanização” ^{10,11}.

Até 1964, ano do golpe que instalou a ditadura militar no Brasil, o discurso natalista manteve-se bem forte, sendo predominante na mídia e no governo. Após o

golpe, surgiram entre os próprios militares as primeiras discordâncias em relação à afirmativa de que um país populoso era sinônimo de força e unidade. Alguns deles achavam que ter muitas famílias pobres e numerosas era algo perigoso, pois a grande insatisfação desses grupos com a sua situação social inferiorizada poderia gerar revoltas contra o governo. Essa parcela dos militares defendia também que o foco deveria ser o desenvolvimento industrial. Em meio a essas divergências, durante algum tempo os militares não tomaram uma posição em relação ao controle de natalidade. Eles apenas foram permitindo que se instalassem no Brasil entidades internacionais cujas ações tinham esse fim. Algumas medidas seguiam sendo implantadas em alguns estados, porém, sem uma clara política de Estado ^{10,11}.

As ações de estímulo à contenção da natalidade e planejamento da prole começam no Brasil com algumas estratégias isoladas. Em 1963, foi fundado em São Paulo o Serviço de Orientação à Família (SOF); em 1965, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) conduziu um programa de distribuição de diafragmas; em Recife, houve uma campanha de planejamento familiar. No ano de 1965 é criada a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar (BEMFAM), que é um marco na história do planejamento familiar no país. Sua criação está ligada a outro evento que ocorreu anos antes, nos Estados Unidos. A *International Planned Parenthood (IPPF)*, fundada em 1952 nos EUA, consistia em uma grande captadora de recursos, apoiada por diversas instituições internacionais, que utilizava seus fundos para financiar o planejamento familiar e o controle demográfico em diversas localidades, principalmente em países cunhados como “subdesenvolvidos” ^{10,11}.

Em meados da década de 1970, o Brasil e o mundo passam por dificuldades econômicas e internamente vivíamos as consequências do fim do “milagre brasileiro”. A crise mundial do petróleo agravava ainda mais a situação econômica e social do país.

A pobreza, o desemprego e a violência foram evidenciados, e o crescimento demográfico passa a ser associado a esses fatores, levando o governo a repensar a questão^{10, 11}. Os governantes passaram a falar sobre a necessidade do planejamento familiar nos seus discursos, demonstrando a intenção de desenvolver políticas públicas que promovessem o controle da natalidade e garantissem o acesso da população aos meios de controle da fecundidade. Foram criadas medidas como o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco, Programa de Saúde Materno-Infantil e o Programa Nacional de Paternidade Responsável, que não tiveram muito sucesso e foram criticados pela Igreja, que os via como uma tentativa de controlar negativamente as famílias. Além disso, o movimento feminista questionava o fato de ambos os programas só se preocuparem com a saúde da mulher sob o viés reprodutivo, num momento em que tal movimento estava se estruturando e lutando por direitos de forma mais ampliada^{10, 11}.

Políticas sanitárias e de planejamento familiar mais estruturadas começaram a ser pensadas somente a partir da década de 1980, período de transição democrática. Em 1983, foi criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), fruto de uma árdua luta das mulheres em parceria com os movimentos sanitaristas, que desejavam um programa que visasse a atender integralmente as necessidades das mulheres, e não só as reprodutivas^{10,11}.

Ao longo dessas três décadas, a pílula continuou a ser consumida crescente e ininterruptamente. Aliada a outras transformações socioeconômicas (trabalho e escolarização feminina, urbanização, ativismo feminista), a introdução dos novos métodos contraceptivos tiveram como efeito uma queda acelerada da taxa de fecundidade total no Brasil, que passou de 6.3, em 1960, para 4.3 filhos por mulher, em 1980¹⁰. Na última Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde/PNDS, realizada em

2006, a taxa de fecundidade total brasileira está abaixo do nível de reposição populacional, 1.81 filhos por mulher, com manutenção de diferenças regionais importantes². Ainda hoje, a pílula continua como o segundo método contraceptivo mais utilizado (24,7% entre mulheres unidas na PNDS 2006), perdendo somente para a esterilização feminina (29,1%)².

Notadamente a pílula não é a única responsável pela redução nas taxas de fecundidade ao longo dos anos, mas ela teve e tem um papel de destaque nesse processo. Para analisar tal atuação, é preciso investigar como se desenvolveu esse mercado que reuniu mulheres, médicos, farmácias, laboratórios, entidades privadas de planejamento familiar e mídia. Neste trabalho, as formas de mídia e publicidade relacionadas à pílula nos ajudam a compreender uma parte relevante dos caminhos que trilharam essa história.

3. APONTAMENTOS TEÓRICOS

3.2. Modernidade Gênero e Tecnologia

A ciência e a tecnologia têm sido fundamentais para a manutenção do estilo de vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Com o advento de diversas produções e intervenções, tem sido possível ressignificar a maneira como pensamos o corpo, o meio social e as práticas culturais. A noção de uso da tecnologia para ter uma vida plena e corrigir as “imperfeições da natureza” tem suas bases no processo de normalização e medicalização das sociedades na virada do século XVIII para o século XIX, quando houve a consolidação do Estado moderno, evento chave para a prática de disciplinamento dos indivíduos como forma de exercício de poder ¹².

Refletir sobre as intervenções que têm sido praticadas sobre os corpos significa poder pensar sobre as leis, as regras e as diferenças sociais, sempre hierárquicas, às quais estamos submetidos diariamente. A família nuclear, a associação entre pobreza e população e a necessidade de controle das “disfunções” dos corpos femininos, dada a sua “natureza” (e, dentre tais disfunções, os “males” oriundos do ciclo menstrual), são exemplos de ideais que surgiram após a manipulação hormonal da sexualidade e do corpo, mas que são frequentemente retratados como fenômenos universais e atemporais das sociedades.

Neste estudo, tomamos o conceito de ator não-humano de Bruno Latour ¹³ para compreender a pílula enquanto elemento importante em uma rede de mudanças e transformações sociais, políticas e culturais. Argumentamos que a pílula, enquanto um actante ¹³, produz, reproduz e/ou transforma as normas sexuais, as normas reprodutivas e

as relações de gênero. Pensá-la como uma invenção bastante conveniente ou “oportuna”, como comumente ela é descrita, significa refletir sobre o contexto em que ela se insere e quais anseios ela cria e satisfaz.

Para fundamentar as nossas análises, utilizamos algumas chaves teóricas do campo dos estudos sociais das ciências e dos estudos feministas. Diversas autoras do campo científico, como Judith Butler¹⁴, Emily Martin¹⁵, Fabíola Rohden¹⁶ e Ana Paula Vosne Martins⁸, passaram a adotar, nas últimas três décadas, o gênero como uma instância analítica fundamental. A crítica que as teóricas feministas fazem às ciências “naturais” fundamenta-se na ideia de que não existe nenhum conhecimento humano dotado de neutralidade e imparcialidade. Uma das críticas centrais e a partir da qual é construída a noção de gênero reside na rejeição da ideia de que as diferenças entre homens e mulheres seriam fruto de uma assimetria natural e essencial inscrita pela incomensurabilidade biológica que distinguiria machos e fêmeas na natureza.

As diferenças entre homens e mulheres tornam-se assimétricas e hierárquicas em função de toda uma construção sócio-histórica, capaz de justificar as diferenças entre os sexos, como se essas fossem atinentes ao plano da natureza. Em outras palavras, a base biológica sobre a qual reside certa noção de corpo físico-natural é utilizada para justificar e manter as diferenças sociais entre homens e mulheres e também funciona como um modo de organização e compreensão das relações sociais. É a essa naturalização das diferenças e, por conseguinte, das desigualdades sociais, que a noção de gênero vem se antepor e denunciar.

A necessidade de se criar uma categoria que pudesse colocar em perspectiva as construções em torno dos sexos (biológicos) permeou os estudos sobre sexo e sexualidade no movimento feminista e remodelou o campo acadêmico. Havia certo consenso, como salienta Piscitelli¹⁷, de que o conceito de papel sexual não comportava a

complexidade das desigualdades e não lidava com questões das diferenças de poder entre homens e mulheres. Por intermédio das teóricas feministas, de maioria anglo-saxãs, o termo *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Essa categoria surge com o objetivo de "rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual", e acentuar, por meio da linguagem, "o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo" ¹⁸. Assim, o conceito surge tanto como uma ferramenta analítica quanto política.

Buscamos, neste estudo, interpretar os dados levando em consideração que as normas construídas pelos saberes científicos determinam o ser mulher a partir de critérios próprios e não essenciais. Oudshoorn ⁷ afirma que a ciência mais cria do que descobre a realidade, pois é regida pelo mesmo conjunto de valores e normas de quaisquer outras epistemes. Martin¹⁹ defende o mesmo argumento e, em seu trabalho com textos científicos revela, por exemplo, como o processo da fecundação é frequentemente narrado de forma parcial e reproduz as estruturas sociais, a cultura dominante e o sistema patriarcal - a imagem do óvulo inerte e passivo à espera do espermatozoide mais ágil e competitivo é descrito por Martin¹⁹ como um exemplo de como a linguagem científica está impregnada e/ou reflete as concepções naturalizadas de um feminino-passivo e de um masculino-ativo.

Esta pesquisa, e o projeto na qual ela está inserida, tem como premissa o questionamento da neutralidade científica exposto acima. Portanto, entendemos que as tecnologias criadas pelo que chamamos de ciência moderna não são "descobertas" ou criadas ao acaso. Existe intencionalidade nessas criações, que, por sua vez, engendram mudanças sociais. No caso da pílula, tais mudanças podem ser interpretadas de diversas maneiras, como por exemplo, à luz do embate existente no âmbito das discussões de política de população; ou buscando compreender como essa tecnologia é parte de um

processo de medicalização dos corpos e da sociedade; ou ainda, seguindo na esteira feminista, a partir da argumentação sobre como o controle da reprodução e a separação entre sexualidade e reprodução (uma bandeira feminista) foram realizados por meio de intervenções sobre o corpo feminino.

4. METODOLOGIA

4.1. A mídia como fonte: fundamentação teórico-metodológica

Desde a segunda metade do século XX, a historiografia passou a valorizar periódicos como materiais de pesquisa. Segundo De Luca⁴, as revistas femininas são um locus privilegiado das transformações de lugares e papéis sociais atribuídos às mulheres desde o século XIX. Essa fonte tem a característica de termômetro social por ter sido utilizada para a divulgação de acontecimentos, ideologias e costumes.

No Brasil, a emergência de estudos que utilizam revistas deu-se na década de 1970, no campo acadêmico das ciências sociais e humanas. As revistas femininas figuraram como um importante material para o resgate de uma história que contemplasse as vivências e o protagonismo social das mulheres⁵.

Analisando-se as condições de produção, as revistas constroem as suas publicações baseadas no seu público-alvo, o que faz com que as mesmas não sejam meramente um veículo de informação. A imprensa veicula (e por vezes manipula) ideias, normas, valores e interesses, e intervém na vida social. Ela contribui para plasmar e registrar os hábitos de todo um segmento de leitores, em um processo de coconstituição²⁰, entre público e meio (mídia).

Ao se estudar processos sociais nessas publicações, podemos seguir os indícios das disputas ideológicas, da formação de crenças e mitos, das contradições, conflitos e aleatoriedades que tais processos envolvem. A mídia é um campo no qual estão em jogo interesses, e este jogo presente nas publicações faz com que sejam ricas as informações contidas nessas fontes²¹.

Na temática que nos interessa diretamente, a imprensa foi uma peça importante do debate em torno da pílula anticoncepcional, sendo meio de divulgação, ator e plataforma de interações³. Os médicos eram presença constante nos periódicos e, desde os movimentos higienistas, os mesmos divulgavam nas revistas os hábitos que a população, em especial as mulheres, deveria adotar segundo os paradigmas das ciências⁵. A presença de profissionais de áreas conceituadas como a medicina e o direito conferia às revistas legitimidade e seus conteúdos tinham um selo de confiança com respaldo em vozes autorizadas⁴.

4.2. Delimitação do período estudado e escolha da revista

Considerando as questões centrais propostas pelo estudo, optamos por analisar a pílula anticoncepcional e suas repercussões sociais, veiculadas em uma revista feminina brasileira. Escolhemos o período entre 1960 e 1985, com vistas a abranger a introdução e difusão desse método contraceptivo no Brasil período esse que foi marcado por muitas controvérsias até a sua estabilização, na década de 1980³.

No acervo da Biblioteca Nacional foi realizado um levantamento das principais publicações dirigidas ao público feminino veiculadas no período escolhido. Foram listadas somente revistas femininas de circulação nacional, cujos exemplares estavam disponíveis para consulta. Chegou-se, então, à seguinte relação.

Tabela 1. Principais revistas femininas de circulação nacional nas décadas de 1960 e 1970

Título	Ano inicial	Periodicidade	Editadora
Amiga	1970	Mensal	Bloch
Capricho	1952	Mensal	Abril
<i>Claudia</i>	1961	Mensal	Abril
Contigo	1963	Mensal	Abril
Nova	1973	Mensal	Abril
Querida	1958	Mensal	Globo

Dentre essas, investigamos as potencialidades que cada uma poderia ter em relação ao tema deste estudo. Ao consultar trabalhos que se utilizaram de fontes semelhantes, encontramos expressivas referências à revista feminina *Claudia*, da Editora Abril. *Claudia* é descrita como revolucionária em termos de conteúdo e formato⁴. A Editora Abril investiu na produção e edição nacionais, especializando profissionais e aperfeiçoando o mercado da imprensa e da publicidade.

A primeira edição de *Claudia* foi publicada em outubro de 1961, contemporaneamente ao que tanto Pedro⁹ quanto Vieira⁶ identificam como a chegada da pílula anticoncepcional ao mercado brasileiro, algo que a revista inclusive aborda em uma matéria no ano de 1962. A revista *Claudia* compunha uma série de novos produtos e intervenções direcionadas às mulheres nas décadas pesquisadas²². Essa sincronia de trajetórias tornou possível para nós explorar as relações entre a introdução da pílula e as transformações no plano das dinâmicas conjugais, familiares, afetivas, sexuais, morais e profissionais, temas que são largamente discutidos nas seções e colunas da revista.

4.3. Seleção de matérias, organização e análise do material

Após a escolha da revista, o trabalho de seleção das matérias foi realizado nas próprias dependências da Biblioteca Nacional^{III}, no período de maio de 2014 até maio de 2015. Em um primeiro momento, lemos atentamente o índice de cada revista e folheamos todas por completo, destacando qualquer tipo de matéria que incluísse a pílula anticoncepcional ou termos análogos. Nesse processo de levantamento foram selecionadas 103 matérias que viriam a constituir o acervo de fontes desta pesquisa. Secundariamente, o material selecionado foi fotografado com câmera digital e os arquivos de imagens foram nomeados com o ano, mês e paginação, tornando possível a constituição de um acervo com as publicações^{IV}.

O material foi tratado com a análise de conteúdo temática. De acordo com Minayo²³, com esta técnica podemos compreender melhor os contextos e interagir mais profundamente com o corpus de análise em pesquisas qualitativas, a fim de extrair um nível elevado de entendimento das mensagens contidas. O procedimento analítico do material compreendeu diferentes focos e aprofundamentos em cada uma de suas etapas, coleta, seleção, sistematização, análise descritiva e análise concentrada em recortes específicos.

^{III} Foi solicitada à Biblioteca Nacional uma autorização de consulta e de fotografia de partes selecionadas para constituição do acervo com finalidade acadêmica. O termo de responsabilidade de uso do material com a biblioteca pode ser encontrado no anexo 1.

^{IV} A Fundação Biblioteca Nacional permite o uso e reprodução de seu acervo unicamente para fins de pesquisa.

O tratamento analítico do material compreendeu inicialmente a preenchimento de uma ficha, desenvolvida especificamente para este estudo, com a finalidade de obter uma caracterização descritiva do conjunto de matérias selecionadas. A ficha continha os seguintes itens: título da matéria; data de publicação; número das páginas; chamada na capa; seção da revista onde foi publicada a matéria; gênero jornalístico do texto; autoria da matéria; resumo dos principais temas abordados. A ficha pode ser encontrada no Apêndice 1. Cumprida essa etapa, as informações foram inseridas em uma tabela do programa Excel® e, assim, pudemos computar: o número de publicações (total e anual); o número de matérias que foram capas da revista e sua distribuição por ano; distribuição das matérias por seção; gêneros jornalísticos predominantes; e identificação da autoria das matérias.

A outra etapa da análise foi norteada por eixos temáticos, o que para Minayo²³ consiste na identificação dos *núcleos de sentido* que orientam o corpus de análise e definem o caráter dos discursos analisados. Coletamos e exploramos o corpus, privilegiando os seguintes aspectos: *ênfase na moralidade sexual e no campo da transformação dos valores; relações afetivas e vivência da sexualidade; dinâmicas familiares e conjugais e a vivência da maternidade; participação feminina no mercado de trabalho; relação das mulheres com o saber médico*. Estas instâncias compreenderam o universo de atuação da pílula e são compatíveis com os temas recorrentes encontrados no material. Por meio desses norteadores pudemos localizar em quais esferas, e sob quais aspectos, a pílula era debatida.

5. RESULTADOS

5.1. A *Claudia* e o universo das revistas femininas brasileiras

A primeira característica da fonte a ser analisada é o seu formato: uma revista. Que se propunha a disponibilizar informações de interesse das mulheres. O primeiro ponto a ser desenvolvido é a periodicidade da revista *Claudia*, que era mensal. Dulcília Buitoni²⁴, em seu trabalho sobre a imprensa feminina brasileira, nos revela como interpretar o intervalo entre as edições à luz de códigos presentes nos ideais vistos como femininos. De acordo com a autora, até a década de 1970, não houve nenhum periódico feminino diário que tenha alcançado a mesma posição de destaque das revistas semanais e mensais. Não houve também seções femininas relevantes nos periódicos que pretendiam ser voltados para o público em geral. Mesmo que desde os anos de 1940 as mulheres já fossem reconhecidas como um nicho de mercado promissor, os periódicos diários não nutriam interesse por elas²⁴.

Para a imprensa feminina, a periodicidade não estava ligada aos fatos. Os acontecimentos em tempo real são dinâmicas de um mundo de ação e da esfera pública, que, por sua vez, são códigos sociais atribuídos ao masculino²⁴. Em periódicos semanais, ou mensais como é o caso de *Claudia*, os acontecimentos são narrados de acordo com pautas pré-estabelecidas e que variam com lentidão²⁴.

O intervalo entre as edições é uma forma de se referir não a um fato, como a notícia nos diários, mas sim ao discurso acionado pela publicação da notícia. Não se concentra em um único sinistro, mas sim em um conjunto de acontecimentos noticiados

que instruem para uma linha de raciocínio. Como exemplo, destacamos uma sequência articulada de publicações nas edições de 1965: em janeiro, uma matéria falava dos novos rumos do casamento ditados pela Igreja Católica. A discussão sobre a encíclica *Humanae Vitae* debatia, dentre outros aspectos, a centralidade ou não do amor no matrimônio, que até aquele momento era um complemento, sendo a procriação a função real das uniões. Duas edições depois é publicada uma matéria intitulada “Tempo de casar, tempo de pensar”, em que se previne o jovem casal sobre os possíveis problemas que podem ocorrer em um casamento que já não tinha mais como objetivo a reprodução. Novas regras são estabelecidas e veiculadas em relação ao que seria ou não ideal em um casamento normal. Os conselhos eram sobre possíveis problemas em relação às condições socioeconômicas e à faixa etária do casal.

O tempo da revista *Claudia*, e das publicações femininas em geral, é um tempo cristalizado. As seções como as de moda, beleza, culinária e decoração são fixas e atravessam todos os anos de publicação. Essa imutabilidade dos assuntos cunhados como “de mulher” são fruto de uma prática social anterior à imprensa, qual seja, a mitificação do feminino^{8, 24}. Esta prática, presente de maneira mais clara na literatura e nas artes, é largamente incorporada pelo mercado publicitário. *Claudia*, assim como todos os periódicos de sua época, era repleta de propagandas que utilizavam o conteúdo da revista como estratégia de captação do público. Para vender os produtos, vendia-se a mulher em tipos. Não pretendemos aqui nos aprofundar em todas as tipificações de mulher exploradas pelo mercado, mas os padrões apontados por Buitoni²⁴ presentes no nosso material foram considerados nesta análise.

Ressaltamos ainda que esta repetição de temas nas seções da revista não significa ausência de dinamismo e protagonismo das mulheres, ao contrário, entendemos a contínua necessidade de afirmação desses tipos como um sinal de resistência às

mudanças estruturais que ocorreram. O enquadramento persistente em relação aos gêneros se revela a partir dos tópicos fixos na revista, que estão ligados às normalizações *essencialistas* em torno do “ser mulher” e são usados como marcadores da categoria feminina na qual se encontra a revista.

5.1.1. *Claudia* e seu público.

A revista *Claudia* tem a sua primeira edição publicada em outubro de 1961 e se pretendia um produto feito para mulheres que possivelmente tinham renda e nível de instrução suficiente para consumi-la. É importante ressaltar que este público almejado não necessariamente é o público atingido. Este estudo não aborda a recepção do público, portanto, nos restringimos a falar da mulher que a revista provavelmente identificava como potencial consumidora dos produtos e conteúdos.

A mulher presente em *Claudia*, principalmente nas primeiras publicações, é a mulher de classe-média, moradora da cidade urbanizada, casada ou aspirante à mulher casada²⁴. Segundo Buitoni²⁴, as publicações dos anos de 1960 classificavam as mulheres em “românticas” ou “do lar” e observamos que a revista *Claudia* representa bem estes ideais em suas páginas. Em relação ao primeiro tipo, há uma forte associação do romantismo com uma aspiração ao casamento - as publicações que têm essa abordagem geralmente são orientações para futuras esposas e incluem matérias sobre virgindade, moda e testes de temperamento. Já para as “do lar”, são direcionados os assuntos que tratam de filhos, manutenção da casa e culinária.

O público feminino era interpretado a partir de grandes modelos, que são apresentados por Buitoni²⁴ como marcos de cada década. Nos anos 50, o ideal de mulher moderna passa a ser difundido positivamente^V e com a ampliação da industrialização do país, as revistas crescem como produto e surgem grandes tabloides e fotonovelas. O ideal de progresso e modernidade instala-se no comportamento: a mulher vendida era a versátil e dinâmica, que tinha mil faces e utilidades, mas mantinha as suas funções de mãe, cuidadora e responsável pelo lar. Os anos de 1950 antecedem o período selecionado neste estudo, mas foi necessário abordá-lo, mesmo que rapidamente, para que pudéssemos compreender o ideal de mulher desenvolvido a partir da década de 1960.

Na década de 1960, início da publicação de *Claudia*, o ideal de mulher moderna se funde ao de dona-de-casa, a mulher já era vista como consumidora e detentora de alguma autonomia em relação aos gastos com o lar. Buitoni²⁴ chama essa mulher de “dona de casa insatisfeita”. Em *Claudia*, a satisfação dessa dona de casa seria obtida por meio do consumo e dos avanços tecnológicos, o que segue o paradigma da modernidade, representado pela ciência e suas criações.

Na década de 1970 a tendência mercadológica se insere mais profundamente na revista e o sexo passa a ser abordado sob aspectos cada vez mais diversos, pois era um assunto com grande potencial de venda²⁴. Nessa década, o prazer sexual é fruto de uma maior exploração, enquanto na década anterior o sexo era pautado pelo controle da natalidade e libido da mulher casada. Em *Claudia* são recorrentes as publicações que

^V A palavra “moderna”, no contexto brasileiro corresponde ao ideal de mulher fundado pelo processo de industrialização e avanço tecnológico, atrelado aos ideais modernizadores republicanos. O mesmo termo também poderia ser empregado em sentido pejorativo, significando desrespeito aos valores tradicionais.

analisam o porquê de as mulheres serem frias, e as funções do matrimônio e do planejamento familiar são bastante abordadas. No editorial da edição de *Claudia* de janeiro de 1970, intitulado “*Claudia 70*”, um dos primeiros tópicos abordados como mudança significativa é a “revolução sexual”. Nos perfis traçados por Buitoni²⁴, os anos de 1970 instauraram a mulher “liberada marginal”, que possuía um espírito mais questionador, fortalecido pela ação dos movimentos feministas.

A revista sempre teve uma posição de mediação e tinha em seu corpo editorial, desde 1962, a colunista Carmen da Silva^{VI}. Ela trazia opiniões questionadoras em relação às funções femininas, que eram ditas de uma forma mais sutil nos anos de 1960 e ganham força e centralidade nos anos de 1970, se mantendo até 1985, ocasião de sua morte. Não era comum que o ativismo dos grupos feministas se fizesse presente nas publicações femininas. *Claudia* tinha esse diferencial por meio das contribuições de Carmen, que muitas vezes trazia opiniões conflitantes com a própria revista, já que em seus conteúdos diversos elementos reafirmavam a mulher como mãe, esposa e cuidadora.

^{VI} Carmen da Silva nasceu em 31 de dezembro de 1919, na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, e foi uma psicanalista, jornalista e escritora brasileira. Carmem escreveu na revista *Claudia* entre 1963 e 1984 e respondia a cartas das leitoras, publicava artigos e era responsável pela coluna “A arte de ser mulher”, onde dava voz às pautas feministas e questionava o papel feminino na sociedade.

5.1.2. A abordagem de *Claudia*

Em relação às características gerais da fonte, um dos aspectos que merecem atenção é a sua abordagem. A revista tem desde a primeira edição uma posição de aconselhamento e fonte segura, utilizando sempre formas coloquiais e pedagógicas em seus textos, como vemos no primeiro editorial.

“Seja bem-vinda, você tem em suas mãos o primeiro número de uma revista que pretende desempenhar um papel muito importante na sua vida futura! CLAUDIA foi criada para servi-la. Foi criada para ajudá-la a enfrentar realisticamente os problemas de todos os dias. CLAUDIA lhe apresentará mensalmente ideias para a decoração de seu lar, receitas para deliciar sua família, sugestões para mantê-la sempre elegante e atraente. Mas o importante é a forma como isto será feito. Antes de mais nada, CLAUDIA deverá ser útil para você. Deverá tornar-se sua amiga íntima. E estará sempre às suas ordens para lhe proporcionar todas as informações e novidades que você espera há tanto tempo, numa só revista, simpática, completa e moderna. Seja bem-vinda, pois, às páginas de CLAUDIA. Temos certeza de que ela será sua companheira fiel nos anos vindouros.” (Claudia, Outubro, 1961 p. 2).

A certeza de ser uma amiga fiel demonstra como a revista se fazia nos moldes de uma companheira dotada de bastante autoridade e de um modelo de mulher a seguir,

materializado em páginas repletas de elementos que serviriam de guia para as leitoras. Essa fala com proximidade e intimidade dá às publicações um tom de confiança e de acolhimento, abordagem utilizada com frequência nos editoriais.

Já nas outras seções há um meio termo entre a informalidade de uma conversa e o acionamento de discursos de áreas como a medicina e a religião para dar confiança ao que se publica. A revista funciona como a amiga informada, que pesquisa todos os temas e disponibiliza-os em linguagem palatável.

5.2. Caracterização geral do corpus de matérias do estudo

5.2.1. Distribuição anual

As 103 matérias selecionadas estão distribuídas pelos anos estudados, da seguinte maneira.

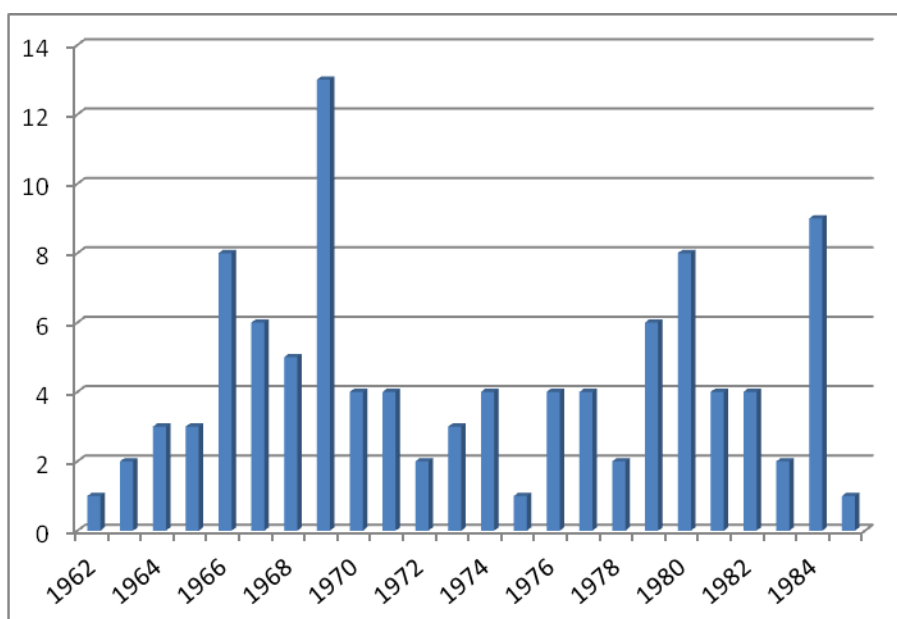


Figura 1. Distribuição em números absolutos da quantidade de matérias selecionadas sobre contracepção na Revista *Claudia*, entre 1962 e 1985.

Faz-se necessário ressaltar que o fato de a revista ser mensal, e se utilizar unicamente de pautas de interesse do seu público alvo, faz com que a concentração de publicações não seja necessariamente um reflexo cronológico dos acontecimentos. A contracepção era uma pauta importante para a revista por se tratar de algo diretamente associado ao universo feminino, sendo a mesma um tema recorrentemente abordado, mesmo na ausência de acontecimentos midiáticos.

Na primeira metade da década de 1960, a contracepção começava a se tornar um tema importante, fato fortemente ligado ao debate sobre a “superpopulação do planeta”, defendida com argumentos neomalthusianos^{10, 11}. No Brasil, a pílula anticoncepcional estava sendo introduzida no mercado, e havia um questionamento em relação à superpopulação, pois mesmo sendo populoso, o país ainda tinha áreas com baixa densidade demográfica. Tal suspeita fez outras questões surgirem junto ao tema populacional, como o aborto e os índices de mortalidade infantil e materna, e a questão da extrema pobreza. Na segunda metade da década de 1960, o assunto ganha outros contornos; como dito anteriormente, em 1965 é criada a Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), que difundiu a ideia de planejamento familiar e paternidade responsável, contribuindo para a popularização dos métodos contraceptivos^{10, 11}. Já no final dos anos de 1960, começam as controvérsias, em 1967, a imprensa denunciou a prática de esterilização e controle da natalidade compulsórios no Brasil, o que levou a criação de uma CPI sobre esses temas.

Já na década de 1970, o tema foi abordado em média 3 ou 4 vezes por ano. Para nós, essa constância é um indicador da sua relevância e também reflexo da associação entre contracepção e mulheres. Muito embora, na segunda metade desta década haja na revista diversas críticas à publicidade “leviana” da contracepção hormonal.

No limiar dos anos 1980, o processo de redemocratização do Brasil traz à tona diversas pautas importantes, dentre elas a da saúde, uma das mais notórias. Os médicos eram a voz especializada a quem foi atribuída autoridade sobre o planejamento familiar e os métodos contraceptivos, tornando essas questões centrais dentro dos direitos a serem garantidos. Os fatos marcantes desse período são: a emergência da segunda onda do movimento feminista brasileiro, contestando a atuação das entidades de controle de natalidade no Brasil e as condições em que era ofertada a assistência contraceptiva; a constatação de uma intensa queda da taxa de fecundidade no Brasil, e a participação mais pró-ativa do Estado brasileiro no debate sobre fecundidade, demografia e desenvolvimento, representada pelo lançamento do Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher (PAISM)³.

5.2.2. Capas

Um total de 14 matérias foram capa da revista, com uma distribuição concentrada no fim dos anos de 1960, período do início das controvérsias em torno da contracepção com novos métodos no Brasil³.

Tabela 2. Lista de Capas

Ano	Título da matéria	Chamada na capa
1962	As pílulas cor de rosa	As pílulas mágicas e o controle da natalidade
1963	Os novos direitos da mulher casada	Os novos direitos da mulher
1963	O homem também é responsável	Novas esperanças para casais sem filhos
1964	Adolescente pede ponte de afeto para atravessar anos difíceis	Adolescência, idade difícil.
1964	Filhos: Ciência controla, consciência decide	Tenha filhos só quando quiser
1966	O filho que não vem	Esterilidade: Por que o filho não vem
1968	Cuidado com a pílula	Cuidado com a pílula
1968	A pílula, sim ou não?	A pílula: sim ou não
1969	A moral sueca: A verdade e a dúvida	Suécia. A moral, a família, a vida.
1969	Esterilização não é apenas para mulher: É para homem também	Você deixaria seu marido se esterilizar?
1969	O papa e a pílula	Porque o papa proibiu a pílula
1980	Esterilidade masculina	Esterilidade. Quando o homem é o responsável
1981	Chico Xavier fala a <i>Claudia</i>	Chico Xavier fala de amor e sexo, casamento e divórcio
1984	Planejamento familiar.	Planejamento familiar. Conheça os melhores métodos (agora aprimorados) e todas as novidades.

Observamos que menções explícitas à “pílula” aparecem em 4 das 14 capas, todas no fim da década de 1960. Quase todas as matérias que foram capa, abordavam centralmente assuntos ligados à família e à maternidade, e eram majoritariamente

direcionadas para mulheres casadas. A palavra “filhos”, aparece em 3 das 14 chamadas e esse era um tema frequente nas várias edições da revista. Embora não seja tão explícito nas chamadas de capa, a pílula, o planejamento familiar, os métodos anticoncepcionais, a esterilização e demais temas correlatos eram tratados como assunto de âmbito matrimonial.

Vemos também uma diferença entre a chamada de capa e o título das publicações. Na década de 1960, algumas chamadas não revelavam muito do assunto que seria verdadeiramente abordado. Isso ocorreu em matérias que questionavam a autoridade e virilidade masculina, como vemos nas matérias sobre esterilidade e esterilização. A que apresenta maior discrepância, é a chamada de capa “Novas esperanças para casais sem filhos”, pois o título dentro da revista é “O homem também é responsável”. A chamada transmite-nos uma ideia de que irá se falar de novas descobertas que auxiliam casais com problemas de fertilidade, porém o título revela que irá se falar dos problemas de fertilidade no caso masculino; algo que, em 1963, ano da publicação, ainda era um tabu. A própria matéria fala de como os homens associavam a sua potência sexual ao número de filhos, o que era um assunto de difícil abordagem. Na década de 1980 a questão é praticamente oposta, a responsabilidade masculina consta na capa e o título interno é mais sóbrio. A chamada é “Esterilidade. Quando o homem é o responsável” e o título interno “Esterilidade masculina”.

Na primeira matéria coletada, que também é capa, vemos a chamada “Os novos direitos da mulher”, indicando que se falará de direitos de qualquer mulher, porém o título interno é “Os novos direitos da mulher casada”. A matéria trata das mudanças da lei que regia os casamentos e há uma crítica às condições desiguais entre marido e mulher perante a lei, reivindicando tratamento igualitário. Outra interpretação desta matéria é a associação de mulher com a instituição do casamento como algo intrínseco,

na qual a realização do ser mulher está atrelada à condição de casada, ou esposa em potencial. Ao fim da própria matéria é feita uma ressalva às solteiras, afirmando-as como as maiores beneficiadas, por serem futuras esposas, que irão gozar dos novos direitos, vivenciando uma “nova concepção de casamento”.

5.2.3. Seções

Em todas as edições lidas, as seguintes seções estão presentes: Mundo de *Claudia*; Reportagens; Moda; Beleza; Decoração; Cozinha. Os nomes das seções variam, mas abordam sempre estas questões. A revista não segue uma constância em sua organização, algumas seções vão e voltam dependendo das publicações presentes. A diferença mais significativa ocorre na década de 1980, quando são incluídas as seções “saúde” e “comportamento”, que aparecem em todas as edições consultadas após serem inauguradas. São temas que sempre estiveram na revista, porém diluídos, e possivelmente ganharam uma maior importância, a ponto de se tornarem seções exclusivas. Isso nos remete ao tema da medicalização da sociedade, e principalmente da mulher. É significativo que uma seção de comportamento venha acompanhada de uma de saúde, e vice e versa, pois a segunda passou determinar mudanças na primeira. Novos hábitos de saúde fundaram novos comportamentos na era moderna, estando eles profundamente ligados^{12, 8}.

5.2.4. Concentração de matérias por seção

No quadro abaixo podemos ver que a maior parte do corpus de análise está concentrada na seção *Mundo de Claudia*. Esta abrigava todos os assuntos que

envolviam a mulher em sua dimensão de decisão e atuação. Nela estavam os principais aconselhamentos, matérias de opinião e assuntos relacionados à vida conjugal e maternidade. O *Mundo de Claudia* é a essência da revista, traz o nome da mesma e se revela como uma espécie de mente feminina. As subseções *Claudia Responde*, seção de cartas e “A arte de ser mulher”^{VII}, que trazia artigos de Carmen da Silva, são muito expressivas, e apresentam um grande número de publicações. Apesar de estarem contidas no *Mundo de Claudia*, elas são tão fixas quanto, e constam em todas as edições entre 1963 e 1985.

Tabela 3. Concentração de matérias por seção

Local da publicação	Nº de matérias
Mundo de Claudia	59
Especiais	9
Agora, leia que é sério	9
Comportamento	7
Propaganda	4
Editorial	4
Reportagens	4
Noiva	2
Saúde	2
Artigos	1
Gente	1
Só para você	1
Total	103

^{VII} A subseção “A arte de ser mulher”, ficou contida na seção “Leia, que agora é sério” entre 1970, e 1977, depois ela retorna ao “Mundo de Claudia”.

5.2.5. Gêneros jornalísticos

Ao nos voltarmos para os gêneros jornalísticos mais frequentes, nos deparamos com uma predominância de cartas, sendo elas 36 das 103 publicações, em seguida temos uma concentração de reportagens, 32, e artigos, 22. Foram coletadas também, 5 notas, 3 entrevistas, 1 charge, e 4 propagandas publicitárias.

Tabela 4. Gêneros jornalísticos

Gênero jornalístico	Nº de matérias
Carta	36
Reportagem	32
Artigo	22
Nota	5
Propaganda	4
Entrevista	3
Charge	1
Total	103

Dos sete gêneros mais frequentes, três apresentaram maior relevância, cartas, reportagens e artigos. Na seção de cartas, observamos um espaço discursivo peculiar: a seção era um canal em que se tiravam dúvidas de vários tipos, e dentre estas, dúvidas relacionadas ao saber médico, demonstrando que a relação das leitoras com medicina era de grande importância, ratificando as teorias que versam sobre intensa medicalização das mulheres^{24, 8, 12}. O diálogo com as leitoras, apesar das filtragens feitas, é onde podemos ver em parte como o público lidava com os temas abordados pela revista. As cartas também nos dão alguma noção sobre quem lê, e nelas vemos que a despeito do público alvo da revista serem as mulheres casadas de classe média, outras mulheres, e mesmo alguns homens, liam e interagiam com os conteúdos, ou ao menos era isso que a revista desejava mostrar. Dentre as cartas publicadas, muitas são da

autoria de adolescentes, mulheres que tiveram filhos “ilegítimos”, trabalhadoras, e até homens perguntando quem são as modelos da capa, ou discordando de alguma publicação.

As cartas eram uma forma de a revista expressar os seus pontos de vista a partir da voz das leitoras, o que tornava a seção um lugar onde os conteúdos tinham uma autoria partilhada. São comuns nas cartas temas como: sexo antes do casamento; pílula sem acompanhamento médico; forma correta de tomar a pílula e/ou utilizar outros métodos anticoncepcionais; ser a outra em uma relação afetiva; desquite e divórcio; masturbação; higiene íntima; cirurgias plásticas. A revista respondia, algumas vezes identificando quem responde, e muitas outras não. Vemos isso nas dúvidas médicas, que algumas vezes eram respondidas por algum médico que assinava a resposta, e em outras a revista dava o aconselhamento solicitado, sem identificação da fonte das informações concedidas, e ao fim aconselhava a visita a um médico. Isto expõe a função da seção de ser um canal de diálogo, deixando o esmero jornalístico para outros tipos de publicação. O tom é mais informal, e é onde *Claudia* responde como *Claudia*, como diz o próprio nome da subseção, *Claudia responde*. As respostas não são necessariamente de um profissional especializado e o discurso muitas vezes soa como a voz de uma amiga bem informada.

Já as reportagens são uma fonte de informação assentada em vozes especializadas e buscam informar sob vários aspectos. É o espaço dos discursos oficiais e, apesar de em sua maioria elas serem não assinadas, há uma intensa polifonia. Diversos profissionais são consultores, dentre eles, os mais frequentes são os médicos e porta-vozes religiosos. As reportagens de *Claudia* traziam sempre muitos dados, depoimentos de mulheres e algumas vezes de homens (quase sempre maridos), e boxes explicativos. Vemos a concepção de um discurso de autoridade expresso por vozes autorizadas.

Por fim, temos uma concentração de artigos, que eram em sua maioria assinados e expunham a opinião dos autores. Alguns complementavam as reportagens, correspondendo à parte de opinião em relação aos temas tratados. Em *Claudia*, a maior parte dos artigos era de autoria de Carmen Da Silva e esses artigos configuravam o espaço de opinião divergente. A autora falava às mulheres sobre autonomia do corpo, machismo, direitos civis, sexualidade, afetividade, e libertação, sempre tendo como base o feminismo, a psicologia e as ciências humanas.

5.2.6. Autores

Pouco mais da metade das publicações, 54, não são assinadas, e dez foram assinadas por autores que apareceram na revista uma única vez. Dentre os autores, a presença mais marcante é a de Carmen da Silva. Ela era responsável por uma subseção fixa, “A arte de ser mulher”, na qual publicava seus artigos. Ela desempenhou outras funções na revista, como responder à seção de cartas, e produzir outras matérias, que embora não sejam publicações que seguem os critérios desta coleta, mostram a importância de sua atuação.

Tabela 5. Autores

Sem autoria	55
Carmem Da Silva	13
Drº José Knoplich	9
Ileana Petti	5
Médicos como consultores	5
Graciela Karman	2
Beatriz Horta	2
Beatriz Calvo	2
Outros	10
Total	103

Depois de Carmen, quem mais assinou publicações, dentre as que selecionamos, foi o Drº José Knoplich. Ele respondeu uma quantidade relevante das dúvidas médicas da seção de cartas, e assina uma reportagem sobre infertilidade. Não há muitas informações disponíveis sobre ele. Segundo um sítio eletrônico livre de informações sobre médicos, que foi retirado do ar antes do fim desta pesquisa, ele se formou em 1959 pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, foi dirigente do jornal acadêmico "O Bisturi", e repórter de temas médicos do jornal "O Estado de S. Paulo". Em 1969, concorreu ao Prêmio "John R. Reitemeyer" para o jornalismo científico da Sociedade Interamericana de Imprensa. E ainda é dito que ele era "Sempre preocupado com a divulgação de temas médicos", e manteve por 10 anos uma coluna médica nas revistas da Editora Abril. Vê-se que ele tinha uma preocupação com a divulgação das informações médicas via mídia, escrevendo sobre o tema em outros veículos.

Além do Drº José Knoplich, outros médicos contribuíram com consultorias e produção de matérias para *Claudia*. Os médicos eram presença constante na revista, e falavam principalmente sobre a saúde dos filhos, do marido, e da mulher-mãe, fazendo

os seus aconselhamentos sempre assentados no modelo de família tradicional. A revista servia de palco para a divulgação do discurso da medicina, e são frequentes as matérias que utilizam os médicos como voz autorizada para falar de aspectos físicos e comportamentais. A psicologia e psicanálise são muito utilizadas pela revista como base argumentativa. Mesmo quando não é um médico que fala, vemos as argumentações médicas e científicas encarnadas nos discursos. Observamos que por vezes instruções médicas eram dadas sem respaldo profissional, como em matérias de novidades ou dúvidas médicas não assinadas, com grande concentração na seção de cartas.

Ileana Petti, Graciela Karman, Beatriz Calvo e Beatriz Horta foram responsáveis por reportagens de grande importância sobre a pílula. Eram publicações elaboradas e que contavam com consultorias especializadas, muitas vezes de médicos. Não foram encontradas informações sobre as mesmas, porém baseando-se em suas produções para *Claudia*, vemos que as autoras trabalhavam com informações sobre planejamento familiar, contracepção, hormônios e sexologia.

5.2.7 Vozes

A análise que fizemos das vozes levou em consideração a simultaneidade das mesmas, pois observamos que em todas as matérias diversos discursos eram acionados.

Tabela 6. Frequência das Vozes

Mulheres	81
Medicina	73
Médicos	63
Feminismo	19
Religião	18
Homens	13
Ciências	9
Senso Comum	8
Direito	7

Como vemos no quadro acima, há uma predominância das mulheres e da medicina nas matérias. A voz das mulheres aparecia sempre como a de quem tem dúvidas ou problemas, principalmente em questões relacionadas ao corpo, enquanto a voz dos médicos e da medicina figurava como o saber notório e inquestionável. A medicina era ainda mais presente que os médicos em si, pois os saberes médicos eram propagados também por outros atores, e muitas das vezes pelas próprias mulheres.

O feminismo esteve presente de forma concentrada nos artigos, e respostas de cartas, escritos por Carmem Da Silva. Já a religião tinha um lugar recorrente, porém seu discurso era posto de forma minoritária e, na maioria das vezes, primeiro vinham as proposições da ciência, e depois era colocada a posição da igreja católica. Por duas vezes outras religiões foram consideradas, na primeira matéria sobre a pílula, a religião protestante é estrategicamente utilizada com religião favorável ao medicamento e na segunda a religião espírita apareceu nos anos de 1980, em uma entrevista concedida pelo líder religioso Chico Xavier. Os homens apareciam frequentemente na figura dos

médicos ou como maridos depoentes, acompanhados de discursos que visavam incentivá-los a frequentar mais os consultórios médicos.

A ciência fundamentava a confirmação de argumentos, ou auxiliava o próprio saber médico; o senso comum funcionava como gatilho de discussões e perguntas retóricas; o Direito era utilizado para tratar de questões específicas, como a situação legal da mulher ou a legalidade da contracepção.

5.3 – *Claudia* apresenta a pílula anticoncepcional às mulheres brasileiras

As mulheres que compraram a revista *Claudia* nas bancas de jornal, em novembro de 1962, as assinantes que a receberam em suas casas, as transeuntes que ao passarem diante dos quiosques e deram uma parada para ler a capa da revista em novembro de 1962 se depararam com a chamada de capa daquele mês sobre umas “pílulas mágicas”,



que tinham a ver com o “controle da natalidade”. Uma novidade entre os assuntos tratados até então pela revista. Na capa, uma moça jovem, branca e sorridente e uma esvoaçante borboleta esverdeada pareciam comemorar a boa nova.

No editorial dessa edição, Luís Carta, editor-chefe nos primeiros anos da revista, alardeia a previsão da superpopulação do planeta até os anos 2000, o temor da escassez

Figura 2. *Claudia*, Novembro de 1962 Capa

dos de recursos naturais e até de falta de espaço a ponto de comprimir os seres humanos. Falando diretamente às leitoras, pergunta se “*não seria lícito pensar racionalmente nesses assuntos? Não seria oportuno examinar com clareza um problema atual, que se chama ‘planejamento da família?’*” (Claudia, Novembro de 1962 p.3). O editor parece estar ciente que a reportagem sobre “*um novo produto lançado recentemente pelo mercado farmacêutico e que está sendo usado por milhões de mulheres em todo mundo e já por alguns milhares de brasileiras, para limitar o número de filhos*” (Claudia, Novembro de 1962 p.3) suscitará polêmicas e importantes oposições, além de dar publicidade a produtos cuja venda e aconselhamento eram proibidos pelas leis então vigentes. Promete que a revista abordará o tema com “*objetividade*” e “*do ponto de vista humano*”, tendo como fundamento das reflexões “*aspectos científicos, sociais religiosos*”.

Claudia
aborda a questão
do controle
da
natalidade

AS PÍLULAS CÔR DE ROSA

O mundo de hoje, apesar das divergências ideológicas, considera em comum as duas faces de um só problema.

Uma é o crescimento vertiginoso das populações. No ano 2000, segundo os estimados, haverá 4 bilhões de habitantes e faltará trabalho, comida e... espaço, na face da terra.

O prof. Van Forester, da Universidade de Illinois, afirma que a 13 de novembro de 2000, a humanidade terá criado tanto, que poderá ser comparada à China. A previsão é algo fantástico mas, quantos problemas já enfrentam, hoje, os países superpopulados? A Índia, cuja vastidão parece infinita para o ritmo assustador da natalidade. O Japão, que espelha sobre si mesmo. A Itália, que pensa demais para a sua população...

A outra face do problema — naturalmente sem importância, mas considerável do ponto de vista humano — é o de... dona Maria. Tristeza de uma criatura simples, que jamais se propõe com questões de demografia demográfica, ou se ao seu país aumenta o crescimento da população, mas que não quer ter mais filhos. Ou sabe que lhe sobrará a casa, já tão pouco trabalho. Ela está cansada, angustiada.

Mas, qual o método de evitar-las, sem criar incompatibilidade com o marido? E, principalmente, sem arriscar a saúde?

A RESPOSTA DA MEDICINA

Foi tendo em mente essas duas aspectos fundamentais do problema, que em 1961, nos Estados Unidos, após para a sua velha amiga, do Grupo Pincus, que já se distinguia nos estudos da fisiologia da reprodução:

— Entre os métodos, em face das experiências realizadas na Índia, de fracasso dos métodos anti-concepcionais já conhecidos. Será possível preparar alguma pílula capaz de resolver o problema?

O dr. Pincus — é ele quem conta — prometeu fazer tudo o possível. Mas, sempre acompanhada pelas experiências de ZENI Silveira da "Federação Americana de Planejamento Familiar" e imediatamente ela e sua equipe se entregaram ao trabalho. Das primeiras experiências foi usado o hormônio natural, produzido pelo ovário, que durante a gravidez impede a liberação de novos óvulos. Como os resultados não foram satisfatórios, recorreu-se a 200 hormônios sintéticos, igualmente semelhantes ao natural, foram testados em organismos animais: coelhos, ratos, macacos. Essas novas experiências culminaram com a descoberta de Hormônio e a "Noretindrona" — produtos sintéticos — que se mostraram plenamente eficazes na supressão da ovulação.

Capitulado superior essa substância em mulheres, o dr. Pincus pôde em contato com o dr. John Rock, médico professor de ginecologia da Faculdade de Medicina de Harvard. Iniciaram então um tratamento diário, por via oral, em 20 mulheres que, até então, usavam um método regularidade. Com o correr dos meses, verificaram a grande eficácia do produto; nenhuma das pacientes teve engravidado. Concluíram também que, após a ingestão, há uma modificação, há uma alteração a nível hormonal, tornando-se algumas inclusive mais férteis.

Em 1962, após a experiência, a para tanto, foram feitas várias curvas de pesquisa nos Estados Unidos. Mas foi Pincus quem — ascerbado de problemas decorrentes do aumento da população — a primeira coisa de fazer de novo anti-concepcional. Ali, apesar da violenta oposição de setores políticos e religiosos, centenas de voluntárias, recrutadas em praça pública, participaram dos testes, algumas das quais por um período de cinco ou seis anos. Outras experiências foram realizadas em Hong-Kong e no Japão, sempre com resultados satisfatórios e o novo hormônio sintético demonstrou impedir a ovulação e — à parte um certo mal-estar semelhante ao do início de uma gravidez normal (náuseas, dor de cabeça) — não produziu qualquer efeito sobre o organismo feminino.

Entre muito, após alguns anos e milhares de outros resultados de aplicação feitos por Mrs. Sawyer, em nome dos problemas sociais, o dr. Pincus e o dr. Rock e os membros de sua equipe lhe deram, como resposta da Medicina, as pílulas rosa.

A VERDADE SOBRE AS PÍLULAS ROSA

Esse o novo anti-concepcional — que não é vendido para esta finalidade e que pode ser também, paralelamente, um poderoso fertilizante — é assunto de lida as rodas, defendido por uns, atacado por outros, pôdo em dúvida por terceiros... Vámas e que não, na verdade, as pílulas rosa, como são usadas, e quais as suas repercussões na nossa vida.

GIBRI - 10

Figura 3. Claudia, Novembro de 1962 p.50 e 51

No interior da revista, a matéria “As pílulas côm de rosa” ocupa três páginas. O texto se inicia apontando “as duas faces para um só problema” de escopo mundial, ambas relacionadas com a questão da fecundidade. A primeira é a superpopulação do planeta, apresentada com argumentos neomalthusianos.

“No ano 2000, segundo os estudiosos, haverá 6 bilhões de habitantes e faltará trabalho, comida e ... espaço, na face da terra.” (Claudia, Novembro, 1962 p.50)

A segunda face do problema é a precária condição da mulher, mãe e dona de casa, responsável pelo cuidado de uma grande prole. A descrição caricata e fictícia de dona Maria, ilustra o argumento da revista.

“A outra face do problema – numericamente sem importância, mas considerável do ponto de vista humano – é o de... dona Maria. Trata-se de uma criatura simples, que jamais se preocupou com questões de densidade demográfica, ou se ao seu país interessa o incremento da população, mas que não quer ter mais filhos. Os sete que lhe enchem a casa, já dão muito trabalho. Ela está cansada, esgotada.” (Claudia, Novembro, 1962 p.50)

A mulher representada é possivelmente alguém com condição financeira difícil, não tem empregadas, babás e nem creches, não parece contar com a ajuda de um companheiro nesse trabalho, e tem que lidar sozinha com a rotina de criação de muitos filhos. Ela é “*uma criatura simples*” que necessita controlar sua fecundidade, vive somente para o lar e não se preocupa com as questões públicas. Ao mesmo tempo em que o problema coletivo da superpopulação é assunto dos mais urgentes a reclamar e

legitimar o debate do controle da natalidade, do “*ponto de vista humano*” os problemas da esfera individual também autorizam a discussão. O controle da fecundidade poderia então atender a um só tempo uma necessidade individual - a de dona Maria - e exigências coletivas - a contenção do crescimento populacional.

Nessa primeira matéria de *Claudia*, já se insinua uma questão teórico-analítica importante que é como as estratégias biopolíticas se articulam nos planos individuais e coletivos: para o sucesso de uma política demográfica com fins de redução das taxas de incremento da população é fundamental que donas Marias incorporem novos ideais de família e maternidade, novas formas de gestão da fecundidade e, novas normas reprodutivas. A revista, nesse sentido, era uma das vias dessa introjeção das novas normas coletivas.

Entretanto, quando se trata de pensar novas possibilidades de controle da fecundidade, quando novos apetrechos podem colocar o manuseio corriqueiro da anticoncepção diretamente nas mãos das mulheres, pisa-se num terreno instável, é preciso ir com cuidado.

“Mas, qual o método de evitá-los [os filhos], sem criar incompatibilidade com o marido? E principalmente, sem arriscar a saúde?” (Claudia, novembro, 1962 p.50)

A mensagem parece ser que, apesar de muitas vantagens, as novas possibilidades contraceptivas podem também ser ameaçadoras em dois sentidos: a uma ordem de gênero e à saúde individual. Que sentidos teriam a “incompatibilidade com o marido”? Prejuízo ao prazer sexual do parceiro? Divergência quanto ao tamanho da prole? Insegurança masculina quanto à fidelidade da esposa? A matéria ainda não fala abertamente dessas questões, deixando-as apenas nas entrelinhas. Contudo, a mulher é

posta como a principal responsável pelo controle da reprodução e da harmonia do casal. Em uma única frase, expõe-se a centralidade da contracepção no corpo feminino, sendo este o lócus ideal e apropriado para a utilização da solução hormonal recém-criada.

E os riscos à saúde? Em “A resposta da medicina” e “A verdade sobre as pílulas côm de Rosa”, nomes das próximas seções da reportagem, afirma-se a posição de privilégio da ciência médica sobre o tema do planejamento das famílias. Conta-se a clássica história da criação da pílula anticoncepcional com Margareth Sanger, Gregory Pincus e John Rock como protagonistas. Há um tom de empolgação e informalidade na narrativa, sendo os fatos descritos como em um folhetim.

“Foi tendo em mente esses dois aspectos fundamentais do problema [a superpopulação do planeta e a mãe exausta], que um belo dia de 1951, mrs. Margareth Sanger, fundadora do “Movimento de controle da natalidade”, nos Estados Unidos, apelou para o seu velho amigo, dr. Gregory Pincus, que já se distinguia nos estudos da fisiologia da reprodução:

- Estou convencida, em face das experiências realizadas na Índia, do fracasso dos métodos anticoncepcionais já conhecidos. Será possível procurar descobrir alguma pílula capaz de resolver o problema?

O dr. Pincus – é ele quem conta – prometeu fazer todo o possível.” (Claudia, novembro 1962 p.50)



Figura 4. Claudia, Novembro de 1962 p. 52

Simple assim! Nenhuma questão política, econômica, moral, técnica ou de outra ordem parece se interpor entre o pedido de Sanger e a resposta de Pincus. No final da saga, como um passe de mágica, os cientistas haviam chegado às

pílulas rosas, um produto hormonal sintético que “*efetivamente impedia a ovulação e - à parte um certo mal-estar semelhante ao do início de uma gravidez normal (náuseas, dores de cabeça) - não produzia qualquer efeito nocivo sobre o organismo feminino*” (Claudia, Novembro 1962 p. 50).

Na continuidade da matéria, ao se propor esclarecer “A verdade sobre as pílulas cor de rosa”, a revista se coloca – crendo que o público também assim a vê – como um veículo que informa e revela os fatos com imparcialidade e fundamentada em fontes seguras. Constata que o novo anticoncepcional “*é assunto de todas as rodas, defendido por uns, atacados por outros, posto em dúvida por terceiros...*” (Claudia, Novembro 1962 p. 52) e, apoiando-se em fontes médicas e científicas, convida para que “*vejamos o que são, na verdade, as pílulas cor de rosa, como são usadas, e quais são as suas repercussões na nossa vida*” (Claudia, Novembro 1962 p. 52). Em uma série de tópicos, a revista faz uma espécie de manual de instruções sobre as pílulas para as mulheres:

Ação, que explica como os hormônios agem no corpo, ressaltando a sua novidade e grande eficácia frente aos demais métodos;

Nomes comerciais, onde são apresentados os nomes dos laboratórios e marcas das pílulas vendidas nas farmácias brasileiras;

Recomendações, que chama a atenção para o fato de que os produtos foram lançados no mercado brasileiro como medicamentos para a regulação das funções ovarianas, apesar de a matéria versar majoritariamente sobre a função contraceptiva; adverte que a responsabilidade pelo seu uso anticoncepcional é do médico e que sem prescrição médica não poderá ser vendido;

Modo de usar, onde se explica como tomar as pílulas ao longo do mês para garantir a sua plena eficácia;

Preço, o qual ressalta que o valor elevado da pílula estaria afastando a mesma de sua função principal: estar ao alcance de famílias que desejam evitar filhos por questões financeiras. As associações internacionais que distribuíam a pílula gratuitamente e ações do governo são postas como necessárias para a resolução do impasse do valor;

Aceitação, cujo conteúdo informa que, no mundo, milhões de mulheres já usam as pílulas anticoncepcionais e, no Brasil, há cerca de cinco mil usuárias, mesmo num contexto onde o medicamento ainda era caro e pouco divulgado.

O conjunto de afirmações acima configura uma publicidade implícita da pílula como medicamento de uso pessoal e coletivo. De forma bastante pedagógica - estilo de abordagem que é levado adiante por muitos anos - a reportagem explica detalhes sobre o funcionamento da pílula, ressaltando a complexidade de sua ação e proporcionando uma aprendizagem hormonal para suas leitoras. A divulgação dos nomes comerciais e dos laboratórios fabricantes parece estar ali para auxiliar a compra nas farmácias, assim como as instruções sobre o modo de usar. Apesar das recomendações da necessidade de acompanhamento médico, as informações da reportagem são suficientes para que a leitora compre e use por conta própria.

O preço do medicamento é criticado e apresentado como um impedimento para seu uso em larga escala. O exemplo da distribuição das pílulas anticoncepcionais nos Estados Unidos é retratado como exemplar; nesse país, já haveria 1 milhão de usuárias que se beneficiavam do baixo preço, da distribuição gratuita e da liberdade em usar a contracepção hormonal de forma legal. A revista lamenta que a situação brasileira seja “*definitivamente*” diferente da dos Estados Unidos.

Na seção “Anticoncepcional ou vice-versa”, a pílula hormonal é apresentada como um produto flexível, que serve para evitar filhos ou tratar casos de esterilidade. A temática pílula-esterilidade aparece em alguns números da fase inicial e, em poucos

anos, desaparece. Nesse início, a reiteração das propriedades fertilizantes da pílula parece fazer parte da retórica de legitimação do produto como uma droga dentro das conformidades éticas, afinal *“as pílulas rosa também podem representar uma esperança para todas aquelas – e são tantas! – que desejam ardentemente, mas não conseguem ter filhos”* (Claudia, Novembro 1962 p. 52). A questão da fecundidade como um atributo feminino era bastante valorizada. Deixar claro para as leitoras que a pílula não afetaria a fertilidade e, ainda poderia aumentá-la, era também estratégico para que as mulheres aceitassem a pílula e a vissem como uma coisa boa.

As contraindicações e os efeitos colaterais não eram assuntos dos quais se poderia esquivar. A revista não oculta que essas questões têm sido alvo de controvérsias entre os especialistas, mas, por outro lado, tranquiliza as leitoras ao afirmar que os possíveis problemas causados pelas pílulas rosa poderão ser controlados pelos próprios médicos.

“De qualquer forma, os especialistas continuam atentos aos possíveis novos efeitos das pílulas rosa. Esta é a razão por que toda mulher que desejar valer-se das mesmas, deve fazê-lo sob total controle médico”. (Claudia, Novembro 1962 p. 52)

Efeitos que poderiam causar incômodos físicos ou psíquicos são minimizados; o mal estar inicial sentido por algumas mulheres (náuseas, dor de cabeça) com o uso das pílulas seriam semelhantes aos sintomas dos primeiros meses de gravidez. Assim como a mimetização da menstruação^{7, 25}, aproximar a pílula da gravidez suavizava a sua artificialidade e tornava-a mais atrativa para as usuárias, algo que parecia necessário para a revista, que como uma porta-voz dos novos tempos, via a divulgação da pílula como um dever.

A questão do “ponto de vista da religião” também é abordada. Afirma-se que todas as religiões permitem algum controle sobre a fecundidade, e as diferenças de posições seriam sobre como realizar esse controle. Chama a atenção que a primeira instituição religiosa citada é a Igreja Presbiteriana Unida, de confissão protestante, que aprovava os métodos artificiais. Em seguida, sua posição é comparada com a da Igreja Católica, descrita como “inflexível” na defesa da ordem natural. A vertente cristã protestante não era ainda representativa no Brasil, sendo a sua presença na matéria mais uma alusão à superioridade da realidade americana, que era almejada como estilo de vida ideal.

Na conclusão da reportagem, a revista sistematiza os três pontos de vista que deveriam ser considerados no debate sobre a anticoncepção: o médico, o social e o religioso.

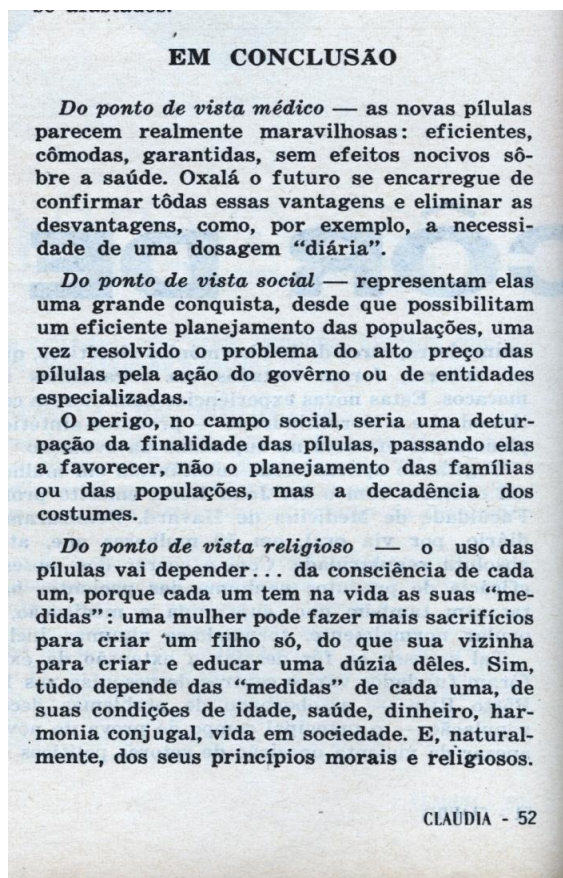


Figura 5. *Claudia*, Novembro de 1962 p.52

As afirmações revelam que o debate contido na revista não se tratava de uma mera transmissão do que se falava a respeito do medicamento. A revista atua de forma bem ativa na construção do status da pílula ao selecionar algumas informações e excluir outras do debate. Assim como a pílula, a revista é um ator¹³, dotada de trajetória própria, e alinhada com determinadas ideologias; os pontos levantados constroem uma boa imagem da pílula. A postura de defesa da modernidade

e do progresso incluía determinados padrões pré-estabelecidos. O próprio conceito de transição demográfica é impregnado dessa tendência. As oscilações demográficas ocorridas nos países centrais de desenvolvimento do capitalismo foram fixadas como etapas obrigatórias para as populações que almejavam sucesso econômico: “*Do ponto de vista social*” a pílula representava uma grande conquista para o planejamento das nações, e do ponto de vista pessoal, representado pela religião, cabia à mulher analisar as suas necessidades e aderir ou não aos métodos modernos.

5.4. A mulher atual e aprimorada

Em janeiro de 1964, Luís Carta assina novamente o editorial da revista, que anuncia.

“Claudia volta neste número a falar de um assunto que já tratou e do qual voltará a falar muitas vezes: o planejamento da família. Os mais modernos anticoncepcionais e a maneira correta de usá-los. É um assunto de nossa época que interessará a você e a seu marido.” (Claudia, Janeiro, 1964 p.3)

A matéria “Planejamento da natalidade” ocupa três páginas do interior desse número da revista, e não consta na capa ou no índice. O trecho acima está no editorial de forma bem discreta, e fala-se do tema sem alarde. Porém, a promessa de voltar a falar do assunto “*muitas vezes*” demonstra a importância que se atribui a ele, que é visto como algo próprio do universo das mulheres e, portanto, de uma revista feminina.

Se na matéria de 1962 a chamada havia sido as “pílulas de cor de rosa”, agora o foco se desloca um pouco para a prática de utilizá-la com finalidade específica: o

planejamento da natalidade, somente dentro de uma família, é claro. A nova mulher que estava sendo moldada tinha à sua disposição diversos recursos para melhorar o seu corpo e o seu desempenho como cidadã, mas a ineficácia dos métodos antigos ainda questionava a “*validade objetiva*” das conquistas. Segundo a matéria, sem o controle do processo reprodutivo, de nada serviria a modernidade à mulher.

“Quando um capacete de astronauta pousou sobre os cabelos de uma mulher, e ela atravessou várias vezes o espaço cósmico, quase todas as outras sentiram-se mais libertas, revestidas de um confortável sentimento de importância. Tornaram-se reconhecidas à ciência que desse modo parecia, definitivamente incluí-las em seu esquema. Entretanto surgiram dúvidas quanto à validade objetiva dessa conquista. ‘Aqui embaixo há tanto problema sem solução! O homem não conseguiu, por exemplo, sequer controlar a natalidade. O que adianta chegar à Lua?’ E a mulher atual com sua maquilagem sofisticada, unhas postiças, nariz aperfeiçoado pela cirurgia plástica, viajando em aviões supersônicos, cercado de todo conforto, via-se de súbito só, como há tanto tempo, diante do mesmo problema que preocupava as criaturas primitivas fazendo-as recorrer à magia e a práticas cruéis, na tentativa, vã, de encontrar a solução desejada.

Natural que mais uma vez a questão fosse levantada. A mais velha questão do mundo. A mais discutida, a mais silenciada.

Quando chegaria o homem a conhecer tão bem o processo da concepção que soubesse, afinal, como evitá-lo?” (Claudia, Janeiro, 1964 p.70)

Os elementos significantes de uma vida mais plena, no caso do ideal de modernidade propagado em *Claudia* - e fora dela -, remetem à medicalização de

processos fisiológicos, dos comportamentos, do estilo de vida e, à modificação dos corpos das mulheres. A tecnociência, a mulher e a modernidade passam a ser representadas por essas dessas intervenções, que realçam o domínio da natureza como um valor e como verdadeira evolução humana. Ter mais maneiras de aprimorar o desempenho do papel dito feminino incluía modificações externas, como plásticas, cosméticos, maquiagens; e internas, obtidas por meio dos hormônios, que poderiam fazer da mulher mais ou menos fértil, mais “feminina”, e com menos oscilações decorrentes do ciclo menstrual. Para existir, o corpo idealizado como feminino precisava ser normatizado, e as normas por sua vez deveriam ser internalizadas pela “mulher moderna” em construção.

A pílula dispara na revista a ideia de que fazer parte da ciência, como ator ou como objeto, era sinônimo de importância e libertação⁵. Exalta-se a entrada das mulheres na ciência, e o poder atribuído a isso. Não aderir aos novos comportamentos seria negar a própria liberdade e, “*as senhoras*” que optassem por não seguir as novas normas para gestão da fecundidade eram vistas de forma vexatória.

“Por sua formação, muitas vezes, baseada em preconceitos, há senhoras que se sujeitam a gravidezes sucessivas. Hoje, porém, diversas famílias, mesmo as de constituição mais sólida e rígidos princípios, acreditam que conforme a saúde e o equilíbrio sócio-econômico do casal – a planificação da natalidade seja realmente necessária [...] Nosso objetivo, porém, é apenas o de explicar o que representam e demonstrar como atuam (os contraceptivos), para que cada pessoa esteja apta a formar sua própria opinião a respeito deste assunto empolgante.” (Claudia, Janeiro de 1964 p.72)

A mulher atualizada já não se prenderia aos princípios antiquados, fossem eles quais fossem; a racionalidade pautada na ciência deveria ser o determinante mais confiável. A revista fala de uma suposta liberdade de opinião, que é claramente anulada quando fica explícito qual deve ser a opinião correta. O uso do verbo “sujeitar” para definir o ato de ter “sucessivas gravidezes” indica o aspecto negativo que a revista desejava ressaltar.

5.5. Tecnologias de fecundidade e dinâmicas familiares

Também em 1964, a revista dedica mais uma reportagem à pílula, na edição especial *Claudia Noiva*, que possuía grande popularidade e era muito requisitada pelas leitoras. O suplemento era como um manual da futura esposa e continha as principais coisas com as quais a leitora deveria se preocupar para planejar o casamento e, dentre as tarefas da futura esposa, a contracepção tinha lugar de destaque. A matéria constava na capa da edição com a chamada “Tenha filhos só quando quiser”, e na reportagem o título é “Filhos, ciência controla, consciência decide”. O impedimento possível seria alguma restrição moral, pois a pílula até aquele momento era propagandeada como um método perfeito.

“Pois como a própria busca da felicidade e até onde chega a memória dos tempos, a ideia de filhos está inseparavelmente associada ao amor entre homem e mulher e à instituição que o define, o casamento[...]A decisão que o casal adotar – e que seja, pelo amor do amor, consciente e racional, nunca uma

imposição! – já que está de certa forma condicionada a um rol de fatores educacionais, psicológicos, ambientais e, sobretudo, éticos, que determinam os quando e os porquês. O controle da natalidade, porém, é também questão biológica e química: são os seus comos, dos quais se vai tratar agora.” (Suplemento *Claudia* Noiva, Novembro, 1964 p.90)

Mais uma vez a pílula é posta como droga que respeita a moral e, que poderia ser inserida nos costumes tradicionais sem problemas e a face revolucionária do medicamento é ocultada neste momento. Apesar de a revista explicitar que irá tratar dos “comos”, as circunstâncias em que se deve utilizar qualquer modo de contracepção estão bem delineadas: um lar feliz, de um casal inserido institucionalmente no casamento, com livre acesso ao acompanhamento médico e com nível de instrução considerável. Notamos que se busca preservar a “essência” da família tradicional, porém com novos recursos que a fariam mais funcional para as novas demandas sociais. Filhos seriam ainda uma necessidade do casamento, mas a quantidade emergiu como tópico fundamental para a manutenção do grupo familiar idealizado. A decisão de se controlar o número de filhos seria fruto das condições educacionais, psicológicas, ambientais e éticas.

Em seguida há uma apresentação dos métodos contraceptivos conhecidos, na qual só se fala da “tabela” (Ongino-Knaus) e da pílula. A tabela é explicada detalhadamente; porém, ao fim da seção, ressalta-se a baixa eficácia devido às irregularidades dos ciclos menstruais, atribuindo uma ideia de imprecisão ao método, por este depender de uma “natureza imperfeita” do corpo feminino. A pílula destaca-se por ser fruto de pesquisas científicas, e representa o novo.

“Poucos medicamentos (com exceção talvez dos antibióticos e dos analgésicos) disseminaram-se tão rapidamente, a ponto de seu consumo mundial só poder ser avaliado em muitos milhões de unidades. Contudo, muitos milhões de mulheres e não poucos estudiosos continuam perguntando: o que são, afinal, essas pílulas? Como é que funcionam? Até que ponto oferecem reais garantias? Que efeitos colaterais aparecem com o seu uso? Por quanto tempo podem ser tomadas? Podem causar doenças? A longo prazo, são capazes de prejudicar a capacidade de procriação da mulher?” (Suplemento *Claudia* Noiva, Novembro, 1964 p.89)

Diante das diversas perguntas feitas no trecho, a resposta dada é uma só: *“São tranquilizadoras as mais recentes respostas que os especialistas oferecem”*. A medicina é acionada como fator de proteção para quaisquer males que a pílula pudesse causar e, a suposta tranquilidade viria da assertividade das pesquisas e dos avanços tecnológicos. É utilizado um trecho traduzido da revista *Time*, na qual afirma-se que *“As pílulas são exatas; as mulheres é que não o são”*, ratificando a crença no poder que a ciência teria de “corrigir” a natureza “imperfeita” das mulheres.

Os demais métodos, todos descritos como pouco eficazes, são explicados em segundo plano; porém, dentre os motivos para não usá-los, as questões de gênero e moralidade são acionadas.

“Cabe ainda uma referência aos meios mais tradicionalmente empregados para evitar a fecundação. Diga-se, antes de mais nada e independentemente de quaisquer outras considerações, que sua eficiência não pode ser tomada como total [...] Um dos recursos existentes há longa data é o diafragma vaginal, de aplicação local. [...] Há a lavagem com bomba vaginal [...] e

finalmente o método mais antigo - os preservativos. Mas, em cada um desses três casos, os ginecologistas procuram indicar aos casais o problema causado por outros fatores correlatos a seu uso, que se manifestam num plano diferente, interferindo psicologicamente com a plenitude procurada pelos casais na sua vida íntima [...] Isto nos leva de volta ao problema fundamental, que nenhum laboratório farmacêutico pode resolver: como deve um casal encarar a situação de evitar filhos por certo tempo, sem que fique perturbada a harmonia entre marido e mulher..." (Suplemento *Claudia* Noiva, Novembro de 1964 p. 90).

Eleva-se a questão do ato sexual como fundamental para o uso contínuo de um contraceptivo e, os métodos que careciam de negociação entre marido e mulher não eram bem falados, exaltando-se mais ainda a contracepção hormonal como ideal.

Apesar de a pílula ser hoje um símbolo da revolução sexual, no contexto da reportagem ela parecia ser o método ideal para preservar o prazer sem alterações e reeducações. A possibilidade de usar a pílula para dar conta da contracepção, além de prática, era ideal por não interferir na “harmonia” do casal. Não há especificidade dos supostos problemas de ordem psicológica que os métodos de barreira criavam, apontando que esses não eram doenças, mas sim inconvenientes às relações conjugais da forma como eram concebidas. A predileção pelos hormônios revela-se nos argumentos da revista, por exemplo, por meio da valorização da pílula em detrimento de outros meios modernos de controle da fecundidade.

5.6. A era das controvérsias

5.6.1 Flexibilizando a Igreja

Arrefecida a euforia em torno da criação e da chegada da pílula anticoncepcional, as oposições ao medicamento, que se popularizam nas críticas levantadas pela Igreja Católica, pautam os debates na revista. A vertente romana do cristianismo é hegemônica no Brasil e em diversos países onde a pílula se dissemina. As decisões do Papa tem grande peso na opinião dos fiéis, as leis e normas sociais são demasiado influenciadas pelos dogmas religiosos, representando a preservação das tradições e justificando diversos hábitos e comportamentos. A matéria de janeiro de 1965 discute se a finalidade e o fundamento principal do matrimônio era a procriação, conforme princípios católicos, e qual seria então o papel do amor nos casamentos. A expectativa era grande em relação a uma possível mudança da norma definidora das uniões. Os “novos costumes” seriam mais facilmente absorvidos se contassem com apoio da autoridade da Igreja. Então, a revista utiliza os debates internos dos cardeais – em curso entre 1962 e final de 1965 no âmbito do Concílio Vaticano II – e explora as discordâncias entre eles para fundamentar a sua defesa das novas ideias sobre família e legitimidade da não-procriação.

A matéria tem um tom otimista quanto a mudanças na Igreja e conclui que uma posição dura dos líderes católicos não será capaz de frear os casais ao redor do mundo, que querem controlar o número de filhos e tem acesso aos meios “modernos” de contracepção:

“Há uma tendência de que a posição tradicional passará por uma revisão, mas, enquanto o Vaticano não emite sua palavra

final, crescente número de casais católicos em todo o mundo vão mudando de idéia com relação ao emprego dos modernos métodos de controle da natalidade

Êste fato - inegável - fez com que a Igreja constata-se que, nos dias atuais, os esposos tornaram-se mais conscientes das numerosas e graves dificuldades de natureza econômica, social e psicológica que enfrentam." (Claudia, Janeiro de 1965 p. 23)

A publicação dá a entender que a Igreja estaria cedendo às exigências dos novos



Figura 6. Claudia, Janeiro de 1965 p.22

tempos. A decisão, se tomada, abriria precedente para o uso dos novos métodos contraceptivos e introduziria um novo padrão de família mais facilmente. Porém, veremos que a Igreja não se demonstra tão tolerante nos anos vindouros.

Dois anos depois, em 1967, as persistentes objeções da Igreja são alvo de uma publicação com tom

bastante desafiante, cuja frase de

abertura é “uma pílula no caminho do progresso dos povos”. O intuito da matéria é alertar para o propalado problema da “explosão populacional”, a “crise demográfica” os problemas neomalthusianos de hipernatalidade e escassez de recursos, e criticar a proibição da contracepção hormonal por várias igrejas tradicionais.

*“A Encíclica Populorum Progressio (Sobre o progresso dos povos), de Paulo VI, deixa aberta pela primeira vez a porta, autoriza a discussão de um assunto que até agora parecia destinado a ficar por muito tempo sem solução, abordado apenas por uma **minoría revolucionária**.” (Claudia, Junho, 1967 p. 64)*

Nessa matéria, estava colocado que o desenvolvimento econômico e social dependeria da difusão das novas tecnologias contraceptivas, a pílula principalmente, que seriam a chave para a resolução de diversos problemas sociais e individuais. A “*minoría revolucionária*”, de que fala, parece ser o grupo de pessoas que entendia o “*progresso dos povos*” como condicionado à diminuição da população. Os países com menor poderio econômico tornam-se ícones do atraso, e o tamanho da população é elevado à questão central.

“Em termos gerais e em poucas palavras, o problema é que na América Latina, na Ásia e na África, a mortalidade infantil está diminuindo, enquanto o índice de natalidade aumenta. Estamos assistindo no mundo inteiro, a um fenômeno que os técnicos chamam de “explosão demográfica”, entre 20 e 25 anos, o número de habitantes de países como por exemplo o Brasil, o Egito e a Índia, aumentará de cem por cento.[...] E pior: o ritmo da natalidade torna nulo qualquer surto de desenvolvimento econômico.” (Claudia, Junho, 1967 p. 64)

A busca por uma sociedade moderna e economicamente desenvolvida parece ser o ideal implícito em todas as matérias que vimos até agora. A revista insistentemente ressalta a necessidade do controle da natalidade, pois é urgente evitar o crescimento

populacional desmedido nos locais citados (haveria um desequilíbrio na dinâmica da população, acentuado pela concomitante queda na taxa de mortalidade infantil).

"Desde o fim da Segunda Guerra Mundial os técnicos das organizações internacionais recomendam insistentemente a limitação da natalidade, embora todos os seus esforços não cheguem a um resultado brilhante, pelo menos por três motivos. Antes de mais nada, foi muito difícil (e continua sendo quase impraticável) fazer compreender aos habitantes das zonas rurais, de baixo desenvolvimento, a importância das práticas anticoncepcionais e, sobretudo, a verdade do binômio família numerosa = miséria.[...] Em segundo lugar, na América Latina, continentes pouco povoados, muitas autoridades recusam-se a reconhecer o problema da superpopulação, medindo-a por espaço habitado e não pela produção. Em terceiro lugar (mas provavelmente em primeiro, por ordem de importância) católicos, mulçumanos, indus e judeus, por motivos religiosos, sempre recusaram qualquer tentativa de planejamento familiar no sentido de reduzir nascimentos." (Claudia, Junho, 1964 p.64)

Além dos argumentos acima, novamente a opinião da Igreja é desautorizada, com a justificativa de haverem discordâncias internas no Vaticano, dando a entender que a proibição da pílula era algo indesejado também por muitas autoridades católicas.

"Quinze dias após a publicação do Populorum Progressio, uma revista católica norte-americana (National Catholic Report) revelou aos seus leitores o texto das conclusões de uma comissão de estudos encarregada de dar parecer sobre o uso das pílulas. [...] O resultado dos trabalhos foi, por maioria de votos, favorável ao uso das pílulas. O presidente da comissão, Cardeal Ottaviani, violentamente contrário aos

anticoncepcionais de qualquer tipo, pediu ao Cardeal Doepfner (vice-presidente da comissão e um dos votos favoráveis) para levar o resultado ao Papa. Isto aconteceu na manhã de 28 de junho de 1966, mas não se revelou uma palavra a respeito.

A recente publicação do relatório secreto chegou a escandalizar o pequeno mundo do Vaticano e amargurou o Santo Padre. Não somente porque a antiga regra do segredo eclesiástico foi quebrada como porque ficou claro que a publicidade do documento era uma tentativa de pressão..." (Claudia, Junho, 1964 p.64)

Interessante notar que, embora haja matérias sobre as pílulas anticoncepcionais no ano de 1968, a publicação da Encíclica *Humanae Vitae*, no mês de julho, não foi tema



Figura 7. Claudia, dezembro de 1969 p.93

de nenhuma grande reportagem. Somente em dezembro de 1969, *Claudia* toca no assunto e demonstra o seu descontentamento com a decisão da Igreja Católica de proibir a contracepção com os novos métodos e ataca diretamente o Papa Paulo VI. De acordo com a matéria, ele já tinha 71 anos e era um "*homem doente*" que se confessava "*solitário e perturbado*". Não se poupam críticas ao líder católico e, são feitos diversos questionamentos sobre a sua atuação como

pontífice. A revista analisa a trajetória de vida do Papa e constrói uma imagem negativa sobre a sua família e criação, além de outras questões que exploravam a sua intimidade.

Parece não haver limites para o ataque a obstáculos que se interpõem ao almejado

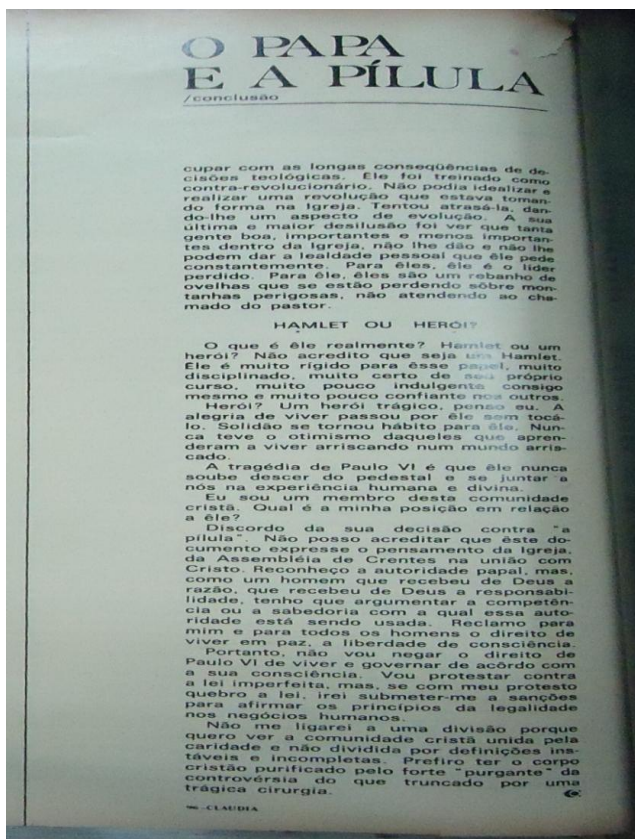


Figura 8. *Claudia*, Dezembro de 1969 p. 96

progresso. O autor da matéria, não identificado, se diz “*membro desta comunidade cristã*”, e como quem fala de dentro e com propriedade, afirma que discorda da decisão “contra ‘a pílula’”, por não crer que “*este documento expresse o pensamento da Igreja, da Assembleia de Crentes na união com Cristo*” (*Claudia*, Dezembro de 1969 p. 96). A fala de dentro da

comunidade de fiéis indica a

possibilidade de romper com os dogmas sem romper totalmente com a Igreja, algo que representava uma nova alternativa para muitas mulheres católicas que desejavam consumir a pílula.

5.6.2. Riscos controlados: saúde e população

Em reportagem de capa, “Cuidado com a pílula”, de janeiro de 1968, inicia-se o debate sobre os efeitos colaterais e a segurança das usuárias. As questões moral e religiosa e as questões populacionais e neomalthusianas não eram mais as únicas a gerarem celeumas, e com as novas discussões, outras vozes surgem nas matérias.

“As pessoas falam em "evitar filhos" os governos estudam o "planejamento demográfico", até a Igreja Católica está preocupada com a "paternidade responsável". O nome que se dá ao problema varia com o ponto de vista, mas o assunto é um só, e todos concordam: é sério. Segundo a Organização Mundial da Saúde, "o aborto, atualmente, é a maior causa específica de morte materna", principalmente na América Latina. Segundo dados da Oitava conferência Mundial da Federação Internacional de Planificação da Família, "o aborto é a maior epidemia de todos os tempos, em número de vítimas". E a Sociedade do Bem-estar Familiar informa que no Brasil são feitos 120.000 abortos criminosos por ano. O Papa nomeou até uma comissão especial de cientistas leigos e de teólogos para estudar e dar parecer sobre os métodos anticoncepcionais. Mas fontes bem informadas garantem que, apesar de toda a preocupação da Igreja, a pílula não tem condições para ser aprovada 'nas atuais circunstâncias'”. (Claudia, Janeiro, 1968 p.55)

No ano de 1968 houve um pico de controvérsias sobre a pílula na mídia³. Nesse momento, o produto já estava no mercado mundial em torno de 8 anos e, no Brasil, há pelo menos 6 anos, e já havia uma geração de consumidoras que manifestavam reação ao seu uso.

“A maioria das mulheres pode tomá-las (as pílulas) sem cair morta, mas algumas não podem e o Journal cita o caso da sobrinha de um médico [...] A moça começou por queixar-se de dores de cabeça e fraqueza. [...] De repente ela entrou em estado de choque e foi levada rapidamente para o hospital, onde morreu.[...] Mortes súbitas, assim, são raras pelo menos em ligação com a pílula, mas - segundo o Journal - é cada vez

maior o número de médicos que informam sérios problemas de saúde relacionados com o uso da pílula: embolias pulmonares em jovens que, aparentemente, não tem motivo para sofrer uma crise. (Claudia, Janeiro, 1968 p.120)

Já não era mais possível dizer que a pílula era a solução ideal e completamente inócua. Contudo, apesar das polêmicas, ela ainda é apresentada como a melhor opção para um conjunto de problemas coletivos e individuais. Os efeitos nefastos à saúde poderiam ser evitados ou contornados com o controle médico do uso do medicamento.

"- Como todas as conquistas do homem, a pílula tem vantagens e problemas. É melhor tomar a pílula do que, depois da gravidez, decidir por um aborto. A pílula evita o "medo da gravidez" que inibe muitas mulheres e proporciona uma liberdade muito maior durante o ato sexual. Além disso, a pílula praticamente acaba com os outros anticoncepcionais que irritavam ou inibiam o casal. Mas a verdade é que a indicação da pílula só deve ser feita por um médico que, ainda por cima, deve acompanhar o uso e as reações, a fim de evitar os inconvenientes e os resultados." (Claudia, Janeiro de 1968 p.120)

Ser mulher e ter o potencial de engravidar soa como uma nova condição crônica, condição de “risco” para a qual a pílula é o tratamento ideal. Como todo tratamento medicamentoso, tem efeitos no corpo; a presença do profissional ao lado da usuária que diariamente ingere a pílula parece protetora dos riscos. A pílula intensifica a relação das mulheres com os médicos e a medicalização dos processos reprodutivos e do corpo feminino¹⁶. Mesmo com os perigos que são denunciados, o tom das matérias indica que há mais dados a favor da pílula do que contra ela.

“Foi o Ladies' Home Journal o primeiro a ter coragem para levantar o assunto, denunciando, a partir do título, ‘O terrível problema com as pílulas’. O escândalo durou pouco, porque 85% dos médicos americanos deixam que as próprias mulheres tomem pílulas, 87% dos mesmos médicos permitem e aconselham a pílula às filhas (próprias ou hipotéticas). E porque 89% das jovens casadas querem tomar a pílula, embora só 52% dos médicos tenham dito que a pílula apresenta "um mínimo de risco para a maior parte das mulheres.” (Claudia, Janeiro, 1968 p.121)

Mesmo havendo associação do uso da pílula com doenças sérias e morte, a voz das próprias mulheres é utilizada para contrabalançar ou tentar neutralizar tais riscos.

“[...] a nora do Dr. Louis Hellman - um dos homens encarregados de fazer os relatórios do FDA - foi a ele e disse: ‘Eu não quero me intrometer no seu trabalho, que é confidencial, mas se o senhor concluir que a pílula deve ser proibida, me avisa antes, porque eu quero fazer uma estoque para a vida inteira’. Ele mesmo conta isto.” (Claudia, Janeiro, 1968 p.121)

A disseminação da pílula aparece nas páginas como algo irreversível. Ela havia se tornado um instrumento político, uma decisão pessoal e até um item da moda.

“Para o Dr. Richard Merkel, um ginecologista de Kansas que costuma alertar suas clientes para os perigos da pílula, o problema é que as moças argumentam com outras pequenas que também tomam. A pílula hoje é moda, é quase como um emblema da sociedade moderna. Já foram relatados 11 casos de

morte por embolia. O Dr. Stanford Wesseler, de Harvard, acha que já é tempo de investigar seriamente o problema, para que não se corra o risco de "condenar a pílula para milhões de mulheres, quando apenas milhares podem estar sujeitas a complicações". (Claudia, Janeiro, 1968 p.121)

Mais uma vez, a argumentação favorável ao uso da pílula é eticamente duvidosa; parece plausível que “umas poucas milhares de mulheres” se prejudiquem em nome dos milhões que supostamente poderiam se beneficiar.

Com a mesma estratégia empregada anteriormente, em julho de 1968, a matéria intitulada “A pílula, sim ou não” versava sobre as controvérsias em torno da segurança da pílula. Em uma narrativa leve e com diálogos, os desenvolvedores da pílula John Rock e Gregory Pincus são apresentados como dois velhinhos simpáticos, e Margarteh Sanger como uma “*velhinha decidida*”. Nessa matéria, a aliança entre as mulheres e a medicina aparece como a chave para a liberdade feminina. Argumentos feministas, em uma linha liberal, passam a atuar como voz autorizada no debate, reforçando que a pílula é um método eficaz, prático, moderno e desejado pelas usuárias.

"Hoje em dia, para as representantes do movimento feminista, a descoberta da pílula foi uma autêntica revolução. Ela permitiu à mulher a realização de uma aspiração máxima: a conquista de sua liberdade. Falar na igualdade sexual antes do aparecimento da pílula era uma utopia. A possibilidade de engravidar restringia as relações sexuais para a mulher. Libertando a mulher de sua condenação biológica, a pílula tornou-a mais livre em outros aspectos, isto é, deu-lhe a possibilidade de escolher. Torna a mulher mais responsável, mais gente. Assim como a mulher conquistou o direito ao voto, o direito de exercer profissões tidas antigamente como privilégio

do homem, assim também a pílula deu-lhe a possibilidade de limitar o número de filhos (ou mesmo evitá-los totalmente), tornando-a mais livre para exercer um papel atuante na sociedade. A pílula, deste modo, estaria colocando a mulher em um mundo verdadeiramente humano.

Esta é, em síntese, a posição assumida pela mulher moderna [...] Para exercer a verdadeira liberdade, ela é capaz de assumir até mesmo o risco de tomar um medicamento que, segundo a maioria das autoridades médicas, ainda não está suficientemente experimentado. Para passar da condição de objeto para a de sujeito no mundo moderno, a mulher não hesitou em ser uma espécie de cobaia da pílula." (Claudia, Julho, 1968 p.93)

De forma categórica, a pílula é defendida por supostamente conceder à mulher dignidade humana, como se de todas as lutas e conquistas, ela fosse a mais transformadora, “a” descoberta científica da modernidade e que deu origem à icônica “mulher moderna”. A igualdade entre homens e mulheres em estado de natureza é tida como utópica, ou seja, a liberdade da mulher só poderia existir artificialmente e por intermédio da ciência. A gravidez que muitas vezes é mitificada, desta vez é uma “condenação biológica”, e as proposições levam a crer que a pílula era a única forma de libertar a mulher de sua suposta desvantagem natural²⁶.

Em relação ao controle dos riscos, a seção “Faz mal ou não faz”, mais uma vez reforça a necessidade de acompanhamento médico.

“No Brasil, segundo o Doutor José Galluci, professor associado de Medicina da Universidade de São Paulo, a pílula vem sendo usada há mais ou menos cinco anos. O Doutor Galluci, juntamente com seus assistentes, mantém um serviço de

planejamento da família. Mais de quatrocentas pacientes estão tomando as pílulas, sob controle, sendo examinadas cada trinta dias. Em cada visita elas relatam os sintomas que sentiram, efeitos, etc. E os médicos vão adaptando o uso das pílulas conforme a reação das pacientes. À algumas, que reagem a todos os tipos, são sugeridos outros meios de planejamento. [...] A verdade, porém, é que em algumas mulheres a pílula pode desencadear um sem número de perturbações, e até provocar a morte." (Claudia, julho de 1968 p.148)

O rigoroso acompanhamento, que era privilégio de poucas, é posto como garantia de segurança. Não se fala sobre como poderiam proceder as mulheres que não tinham condições de obter este tipo de acesso constante aos médicos e exames, e a denúncia de risco de morte aparece somente no trecho acima, em toda a reportagem.

As seções seguintes reforçam que os tabus e suposições sobre a pílula devem ser vistos sob o prisma das evidências científicas, que seriam as mais racionais e confiáveis. As seções da reportagem nomeadas: “É preciso saber como tomar”, “Até aumenta a fertilidade”, “Engorda, mas não tanto”, “O segredo da feminilidade” e “Um remédio fora da lei”, abordam as condições ideais de uso da pílula e seus supostos benefícios.

5.7 – A pílula na rotina da mulher e a busca das condições ideais de uso

Nas matérias publicadas ao longo dos anos 1960, a pílula e os hormônios representam importantes aliados para a manutenção das características necessárias para ser mulher de uma maneira ideal. Garante-se às mulheres que a fertilidade e a gestação não são prejudicadas pela pílula, desde que tudo seja acompanhado. A suposta liberdade necessitava de vigília e disciplinamento constante dos corpos.

As obrigações sociais das mulheres justificam a tolerância ao risco. Por intermédio de depoimentos de usuárias, a revista apresenta formas de adequação ao medicamento e às normas da nova família. A leitora agora teria argumentos e estratégias para driblar as questões morais e fisiológicas.

“R.M.S. ACHA QUE SE ARRISCA

R.M.S. está casada há um ano. Tem 23 anos e começou a tomar pílulas quando ainda era solteira. Toma pílulas há três anos.

"Comecei a tomar porque tinha medo de engravidar. Quando fui à minha médica fazer alguns exames pedi uma indicação. Ela deu e passei a tomar. Tomava três meses, parava um ou dois, dependendo das circunstâncias."

R.M.S. teve dificuldades com as pílulas. Primeiro foi o enjoô. Insistiu, trocou a marca. Passou.

"Depois de algum tempo comecei a ter dores de cabeça, tonturinhas. Mudei de pílula. Passou."

R.M.S. está na quarta marca de pílula. Parece que agora acertou. A terceira, além de engordar, facilitava o crescimento de fungos, coisa bastante séria e desagradável. A médica diz que ela pode tomar, continuamente, por um ano. Ela vai continuar.

"Mesmo agora que estou casada ainda não quero ter filhos, mas sinto umas coisinhas, tenho a sensação de estar arriscando. Tenho confiança quanto ao efeito primário, mas não sei o que poderá acontecer depois. A gente lê muita coisa contra. Fico com medo de depois, quando quiser, não conseguir ter nenês."

R.M.S. não tem problema religioso, nem o marido. Usa as pílulas porque sua conformação é "especial para ter nenês", e sua médica afirma que outros métodos anticoncepcionais não dariam resultado.

"Emocionalmente, também, fico mais tranquila. Se houvesse o medo de engravidar eu ficaria preocupada, tensa e nada daria certo. Enquanto não complicar, eu continuo." (Claudia, Julho, 1968 p.151)

Os depoimentos reforçam o conteúdo das publicações, pois trazem situações das mais diversas, sempre protagonizadas por mulheres que tomavam a pílula “corretamente”, ou seja, com acompanhamento médico. As matérias utilizam as controvérsias como chamariz, mas o conteúdo é majoritariamente pró-pílula. Mesmo quando o depoimento trazia uma situação controvertida, ou mesmo negativa, a conclusão sempre continha um relato de preferência pela pílula em relação aos outros métodos, e/ou de confiança na ciência biomédica.

PARA A.M.F. AS BRIGAS TERMINARAM

"A.M.F. tem três filhos. Quando casou não pensava em evitar. Nem o marido, que tinha problemas religiosos. São muito católicos, praticantes. Em três anos, três filhos. Ela ficou muito nervosa. Disse que achava que podia engravidar, só de pensar. Resolveu conversar com o confessor. Explicou a situação. Estava física e emocionalmente esgotada. Conseguiu a licença para evitar, sem ser pela abstenção.

"Eu já tinha três filhos apesar de seguir o Ogino-Knauss (método da tabelinha). Não podia continuar. Estava sempre cansada, sem paciência, brigando com meu marido. Quando o padre disse que podia evitar, não determinou como, nem por quanto tempo. Disse que isso era uma coisa para ser resolvida de acordo com a consciência do casal. Mas, não sei por que, achei que só podia ser com as pílulas."

A.M.F. passou muito mal com a primeira que tomou. Enjoava mais do que quando estava grávida. Com a segunda, passou bem.

"Não podia levantar a cabeça do travesseiro. Era pior do que quando estava esperando nenê, e olha que eu passava mal nos primeiros meses. Mas, como não tinha alternativa não podia desistir. Acertei. Passou o enjojo. Fiquei meio nervosa depois de algum tempo. Eu tomava continuamente e as pessoas diziam que devia ser por causa da pílula."

No fim do terceiro ano começaram outras complicações. Pequenas hemorragias, menstruação cada quinze dias. Ela insistiu. Depois de alguns meses cansou-se. Foi ao médico. Estava com uma irritação no útero e precisava parar imediatamente com as pílulas.

"Fiquei apavorada de engravidar. Dizem que quando a gente para de tomar fica mais fértil ainda. Mas não houve jeito. Precisava dar um descanso ao organismo antes de pensar em diafragma ou DIU. Parece que emagreci quando parei de tomar e notei que minhas pernas não inchavam mais. Eu acredito totalmente na pílula. Acho que há algumas pessoas que não se dão bem. É uma pena." (Claudia, Julho, 1968 p.151)

O discurso da pílula como sinônimo de liberdade adentra os anos seguintes, e *Claudia* anuncia no seu primeiro editorial da década de 1970, a síntese da mulher que estaria por vir. A pílula aparece no trecho como uma substituta provisória de uma liberdade plena, que se realizaria no futuro.

"Em 1960, eu tinha vinte anos, agora tenho 30. Minha saia subiu e, das explosões desta década, a mais discutível é mesmo a chamada revolução sexual. O erotismo invadiu tudo e a liberdade sexual, comparada com a década de 50 parece

indicar que estamos vivendo uma nova moral, uma nova concepção do amor. Mas, como a liberdade só existe onde não precisa ser invocada, ela certamente ainda não chegou. O que chegou foi a pílula. A pílula me salva, me organiza, me permite, mas ainda não me dignifica. Freud, há muito tempo, descobriu que amar não é pecado e que o sexo foi feito para ser usado. Mas isso ainda não foi posto em prática, a desigualdade dos sexos ainda permanece, o sexo ainda não é uma normalidade." (Claudia, Janeiro, 1970 p. 20)

Faltam ainda mais transformações para dar conta dos novos anseios das mulheres, pois “o sexo ainda não é uma normalidade”, portanto, o desafio para os próximos anos é tornar reais a “revolução sexual” a “nova moral” e a “nova concepção do amor”. Percebe-se uma mudança de ênfase no conteúdo a respeito da contracepção e o campo da sexualidade se sobressai, pois agora ele parece ser o mais representativo da vida das mulheres, residindo neste a sua verdadeira liberdade.

Ainda que *Claudia* afirme que a pílula era uma nova liberdade, por revolucionar o campo dos costumes sexuais e da moral sexual, muitas mulheres não estavam se sentindo libertas com o seu uso, tal como apontado pela leitora que questiona as conclusões da revista com base na sua experiência negativa com a pílula. A autora da carta enfrenta diretamente as proposições do editorial “*Claudia 70*”, e diz estar escrevendo do “leito de repouso”, local que estava por causa da pílula.

“Eis minha experiência pessoal. Creio não ser uma exceção. Há um ano, procurei um médico ginecologista em busca de orientação. A conselho desse médico, iniciei tratamento com anticoncepcionais. Nos primeiros meses, tudo correu bem. Logo depois, tive uma séria intoxicação; advertiram-me de que poderia haver influência da pílula. Outro médico submeteu-me

a tratamento com hormônios. Visto nada se modificar, voltei (a seu conselho) aos anticoncepcionais. Se antes o que eu tinha eram dois ou três dias de indisposição, agora sofria de tonturas, perturbações visuais, nervosismo extremo e alergia generalizada. Parei com as pílulas, as perturbações continuaram. Recorri então a um conceituado clínico, que constatou haver um desequilíbrio geral de todo o metabolismo. Escrevo-lhes do leito de repouso. E quando penso nas jovens que, sem orientação alguma, resolvem tomar anticoncepcionais, acho que algo deve ser feito. Claudia pode, além de dizer que a pílula existe e abre novos horizontes para a mulher, dizer também que é uma arma perigosa, necessitando do mais sério controle para não reverter contra a mulher". (Claudia, Abril 1970 p. 5)

A leitora, visivelmente insatisfeita, diz lamentar “*a verdadeira leviandade com que ela (a revista) vem tratando o 'assunto pílula'*”, mas é imediatamente rebatida pela revista:

“Claudia sempre disse, Mariana, que nenhuma mulher deve tomar a pílula sem um sério controle médico. A própria lei estabelece que você só compra a pílula anticoncepcional com receita médica. Pressupõe-se que o médico saiba o que está fazendo. Não nos parece leviandade dizer que a pílula tem ajudado milhares e milhares de mulheres no mundo inteiro. Leviana, em compensação, parece a atitude do médico que recomendou a pílula a você e não acompanhou o caso com a devida competência. E o fato de que seu organismo talvez não suporte a pílula não invalida a transformação profunda - e para melhor - que aquelas milhares de mulheres tiveram em suas vidas. Mas não invalida também a sua advertência: Tanto que nós lamentamos a sua experiência e publicamos a sua carta.

Um bom exemplo, ainda que dramático." (*Claudia*, Abril, 1970 p. 5)

O depoimento é desqualificado e serve de exemplo para argumentar com outras mulheres insatisfeitas. A resposta que a leitora recebe demonstra que para além de estar comprometida com seu público, *Claudia* estava mais comprometida em moldar os pensamentos das leitoras, incentivando o uso da pílula e as “*transformações profundas*” que esta provocou.

No embate com a leitora, a revista atribui todos os problemas a uma suposta atitude “*leviana*” do médico que cuidou do caso. Porém, em 1971, na matéria “ABC da boa saúde”, o uso da pílula é recomendado como um “*truque*” que faz bem, como diz a abertura do artigo.

“Prevenir acidentes é o dever de todos. Êste é o tipo do aviso que você já está cansada de ouvir. Pois quem avisa, amigo é: e Claudia, que é sua amiga, não vai passar nenhum sermão sobre sua saúde, nem fazer você ficar assustada, pensando que está com isto ou aquilo. Claudia vai ensinar, apenas, alguns truques para que você possa viver cada vez mais em forma, cada vez com maior bem-estar. Cuidar da saúde não custa caro, você vai ver: não é preciso remédios nem hospitais. É só seguir êste ABC da Boa Saúde.” (*Claudia*, Março, 1971 p.126)

A pílula consta em uma lista que propõe instruir para a prevenção de acidentes, e que ainda promete que “*cuidar da saúde não custa caro*”. Além de ela não ser descrita como um remédio, na lista consta menstruação, nutrição, lazer, juventude, e outros comportamentos e funções da vida e do corpo, todos sendo apresentados como questões de saúde.

“Pílula anticoncepcional. Os médicos não concordam muito a respeito da pílula, devido aos problemas de circulação que ela provoca. Mas os que a defendem dizem que os perigos são muito pequenos. E que a pílula ajuda a prevenir câncer uterino e a descobrir câncer nos seios. Além disso, é o método anticoncepcional mais seguro que existe.” (Claudia, Março, 1971 p.126)

“Menstruação. Atualmente, os vários males ligados à menstruação (tensão pré-menstrual, cólicas, grandes perdas de sangue, irregularidades) podem ser evitados. Consulte o ginecologista. Ele pode receitar uma combinação de hormônios femininos, e você nem sentirá que está menstruada...” (Claudia, Março, 1971 p.126)

Em 1972, a matéria intitulada “O que a pílula faz em seu corpo”, apresenta novamente questionamentos relacionados ao uso da pílula, listando as seguintes perguntas.

- 1 - A pílula engorda?
- 2 - A pílula provoca hemorragias?
- 3 - A pílula provoca náuseas?
- 4 - A pílula favorece o câncer?
- 5 - A pílula prejudica a pele e provoca acne?
- 6 - Pode causar varizes?
- 7 - Pode provocar dores de cabeça?
- 8 - A pílula pode esterilizar?
- 9 - Pode provocar dores nos seios?
- 10 - Predispõe às trombozes cerebrais?

- 11 - A pílula ataca o fígado?
- 12 - Pode causar cansaço?
- 13 - É responsável pelos casos de diabetes?
- 14 - A pílula provoca a queda dos cabelos?
- 15 - O que fazer com um problema desses?

As respostas, como sempre, são a negação de qualquer associação da pílula com os males mencionados. Há uma transferência de responsabilidade para as mulheres, como se os seus corpos é que tivessem de ser preparados para receber a pílula, e não o contrário. Todas as doenças e condições atreladas ao consumo da pílula são, segundo as informações prestadas, causadas por “predisposições” dos corpos das mulheres que tiveram problemas. E como em todas as matérias anteriores, a solução mais eficaz oferecida é o acompanhamento médico constante. “*Com confiança e bem despreocupada*”, assim é a recomendação dada às leitoras interessadas em tomar a pílula.

“15 - O que fazer com um problema desses? (problemas das perguntas anteriores)

O uso do anticoncepcional, que pode ser orientado pelo médico. Os exames - um inicial e vários a cada semestre - indicarão o melhor tipo de anovulatório, de acordo com cada organismo. Em último caso, há métodos anticoncepcionais que o médico certamente indicará, também de acordo com cada caso. Mas, uma vez aprovado o uso da pílula, o melhor é iniciar o método com confiança, bem despreocupada.” (Claudia, Junho, 1972 p.35)

Apesar de nunca se alcançar um consenso, ou respostas definitivas em relação às controvérsias que envolviam a pílula, o produto não só se manteve no mercado, como passou a ser consumido por mais e mais mulheres ao longo dos anos pesquisados. Porém, aos poucos, a pílula deixava de ser o único método debatido e, ainda que tivesse bastante centralidade, não era mais a única alternativa e nem era mais tão “mágica” como na primeira publicação.

5.8 – Riscos assumidos

Em meio a diversas outras transformações sociais, como a organização de movimentos sociais e a formulação de políticas públicas, e apesar dos debates internacionais sobre os rumos do controle demográfico³, a pílula não foi capa ou tema principal na revista *Claudia* ao longo de quase toda a década de 1970. Sua presença era ainda representativa na seção de cartas, porém nas demais publicações a pílula aparecia como um dos tópicos dentre outros, sem destaque.

No ano de 1974, Carmem Da Silva escreve o artigo “Afinal, o que é o movimento feminista”, no qual inicia uma fase de duras críticas à maneira como a contracepção vinha sendo tratada no país.

“Temos escasso poder de decisão sobre nossas próprias funções reprodutoras: elas são administradas e legisladas por uma sociedade de homens, sem que ninguém nos consulte. Na classe média, a maternidade da mulher solteira acarreta problemas graves e traumatizantes. O aborto é crime, a contracepção está sujeita a intenso controle; algumas de suas formas são proibidas. E apesar de todos os avanços da ciência, ainda não

se conseguiu uma pílula anticoncepcional que seja realmente inócua para o organismo.” (Claudia, Novembro, 1974 p. 131)

As críticas de Carmen eram sempre bastante amplas e contextualizadas; a articulista não ataca diretamente a pílula, mas sim as condições que acarretam o seu



mau uso.

Desta matéria em diante, percebe-se um recuo da revista, que não publica mais matérias que argumentam sempre em defesa da pílula como ocorria até o início dos anos de 1970. E parece que não era só em *Claudia* que o medicamento estava em baixa. Na propaganda da revista *Carícia*, outra publicação feminina da Editora Abril e encontrada dentro de um número de *Claudia* consta a capa com a chamada:

Figura 9. *Claudia*, Março, 1975 p.42

“Como evitar filhos sem tomar pílulas”. Neste momento outros métodos passam a ser mais valorizados, dentre eles a esterilização masculina, que é incentivada como uma boa saída para a questão do planejamento da família, tal como vemos na matéria “*Esterilização, de quem é a responsabilidade?*”.

“Você não se dá bem com a pílula, mas não quer ter outros filhos. Já ouviu falar tanta coisa a respeito do DIU e dos outros métodos anticoncepcionais que está com medo de arriscar. Sabemos que seu marido pode ajudá-la no planejamento familiar. Veja como.” (Claudia, Abril, 1976 p. 108)

A reportagem traz depoimentos de homens e incentiva que eles realizem a vasectomia. Esta matéria representa de forma mais aberta uma interessante estratégia da revista, que consiste em tentar, sempre que possível, captar o público masculino através das mulheres, principalmente no que tange ao universo aos assuntos de saúde e o universo biomédico.

O texto demonstra também uma tentativa de retirar do corpo da mulher a centralidade da contracepção, o que parecia uma reação às críticas e denúncias direcionadas à pílula, ainda que o homem seja requisitado como ajudante e não como responsável pela contracepção.

Em 1977, Carmen Da Silva traz novamente argumentos contrários à contracepção hormonal, e associa o seu uso ao câncer. Entre parênteses, o trecho de uma carta que Carmen recebeu de uma leitora serve para ilustrar a angústia vivenciada por algumas usuárias.

“A verdade é que nossa 'missão divina' está ciosamente regulamentada pelos homens. É sublime ser mãe, mas sobre a mãe solteira recai o peso da condenação social, em geral acompanhada de obstáculos concretos para ganhar o sustento próprio e dos filhos. O direito de escolher o número de filhos e a oportunidade de tê-los - ou seja, a maternidade como escolha consciente e livre - é vedado à mulher pobre. Os anticoncepcionais mais seguros só são acessíveis às de classe econômica desafogada; seu uso, entretanto, provoca muita angústia, pela ameaça de perigosos efeitos colaterais ('Engulo a pílula, favoreço o câncer. Corro todas as noites aqueles riscos... sei que o que estou fazendo comigo não é justo').” (Claudia, Outubro, 1977 p.228)

Além de ressaltar o recorte de classe, Carmem ressalta que os homens regulamentam a contracepção, e que não há liberdade no uso da pílula, que era perigosa para todas as mulheres. A articulista feminista prossegue dando publicidade aos argumentos desfavoráveis ao uso indiscriminado da pílula, e retira do medicamento o título de libertadora, no artigo “Cuidado: até o nosso sexo está sob controle”.

“A PÍLULA: UM PASSO EM FALSO PARA A LIBERDADE.

O temor à superpopulação mundial, por exemplo, apressou o lançamento da pílula anticoncepcional (aliás, parece que nem houve tempo de torná-la inofensiva à saúde). Esta por sua vez, ao dissociar a sexualidade feminina da maternidade, veio outorgar, pelo menos em teoria, maior espaço de liberdade à mulher: consequência indesejada mas inevitável, que exigia uma revisão dos velhos códigos. Era preciso modernizar a fachada, mas sem abrir mão dos freios e restrições que garantem ao homem o domínio sobre a sexualidade feminina. Tratou-se, pois, de regulamentar novos comportamentos antes que a mulher percebesse sua chance e começasse a tomar liberdades por sua própria iniciativa.” (Claudia, Novembro, 1977 p. 51)

Para Carmem, a pílula não era um instrumento de libertação da mulher e sim um novo modo de controle^{VIII}. As supostas vantagens teriam efeitos inevitáveis, visto que não se pode prever as consequências das mudanças das normas sociais. O processo, que a jornalista descreve e critica, coincide com as estratégias de divulgação e ampliação do

VIII Posição assumida por proeminentes autoras feministas francesas em décadas ulteriores. Cf. balanço feito nas publicações de Hèritier et al, 1999 e por Ferrand, 2008.

consumo da pílula em curso nos anos de 1960; processo esse do qual a revista faz parte, como bem vimos nas primeiras matérias analisadas neste trabalho.

Com o movimento feminista mais estruturado no Brasil na década de 1970, outras feministas além de Carmem atuavam em defesa das mulheres na mídia, no direito, na saúde e na política. Diversas denúncias de coação ao uso de contraceptivos culminaram na constituição de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI), a CPI Da Mulher de 1978, que avaliou os direitos civis da mulher, sua capacidade jurídica, suas condições sociais e o trabalho feminino. Carmen da Silva publicou um artigo que basicamente era um amplo relatório da CPMI, e pela primeira e única vez na revista, associa-se a contracepção ao trabalho feminino.

“É notória a rejeição dos empregadores ante as candidatas casadas em idade fértil. Casamento e/ou gravidez costumam ser motivo - aliás ilegal - de não admissão ou de despedida”
(Carmen Da Silva, Março, 1978 p. 157)

"As varredoras de rua de Salvador, além de receberem anticoncepcionais que ninguém se preocupa em averiguar se lhes são nocivos ou não, são mensalmente examinadas e qualquer suspeita de gravidez significa demissão imediata do emprego" (Carmen Lúcia Barroso de Melo, citado por Carmen Da Silva em *Claudia*, Março, 1978 p.157)

Esta é a última publicação questionadora da década de 1970, e é fruto de um levante das vozes femininas, o que tornou impossível para a mídia ocultar as denúncias feitas.

5.9 – Retomando o posicionamento pró-pílula

Depois da intensa fase de publicidade negativa e de denúncias sobre os efeitos nocivos, a pílula não recuperou a sua posição de método perfeito, mas continuava sendo a primeira dentre os contraceptivos reversíveis no que dizia respeito à eficácia. Além disso, uma quantidade massiva de mulheres dependia da pílula para manter o seu estilo de vida.

Após seis anos sem estar em uma grande publicação, a pílula anticoncepcional retorna à sua posição de destaque, porém sem exclusividade. Outros métodos também passam a ter mais espaço na mídia e contam com maior divulgação. Em 1978 e em 1980, a revista publicou duas vezes a mesma matéria, que consistia em um grande guia da contracepção.

Ao que parecia, o debate estava estagnado em um ponto confortável, e as críticas negativas e os elogios eram publicados e debatidos sem muita novidade, como se já não houvesse mais nada a se acrescentar sobre a pílula. Os riscos eram naturalizados e vistos como efeitos colaterais controláveis e mínimos frente às vantagens oferecidas, e já não recebiam mais muita atenção, tampouco geravam grandes polêmicas.

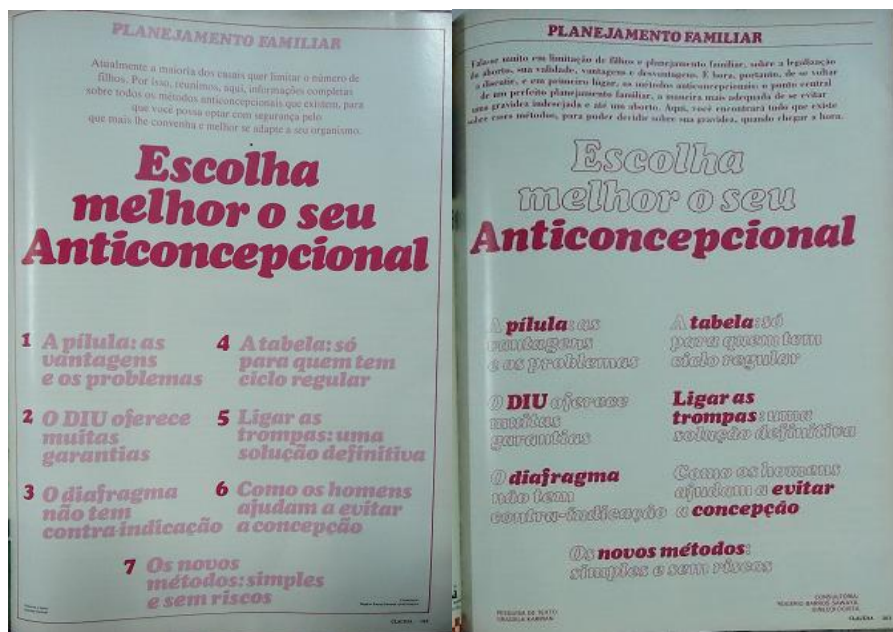


Figura 10. *Claudia*, Abril de 1978 p.103 e *Claudia*, Julho de 1980 p.203

A estrutura das reportagens mantém semelhanças com as primeiras publicações dos anos de 1960: há uma retrospectiva histórica da contraceção, que mostra o tema tratado como de extrema importância desde os tempos mais antigos; a moral e a religião são rapidamente abordadas em conjunto, e postas como questões pessoais; e, por fim, a figura do médico é exaltada como única autoridade competente para indicar um contraceptivo. Estas duas publicações mesclam o tom informativo dos manuais com o toque íntimo e coloquial da revista, proporcionando às leitoras informações médicas e científicas, com suposta credibilidade e em uma linguagem simples. Ainda que desta vez diversos métodos sejam apresentados, a pílula ainda é o que tem mais espaço, e é o primeiro no *ranking* da eficácia. Seus impactos, de modo geral, ainda são os mais profundos e, sua invenção, um fenômeno retumbante.

“De todos os anticoncepcionais, a pílula tem sido o mais discutido. Por quê?”

Porque representou um fato marcante; porque foi símbolo e consequência de transformações importantes no plano das relações humanas e na própria sociedade.

Alguém já disse que a mudança fundamental deste século não foi a entrada na era espacial: muito mais significativas foram as modificações trazidas pela era da pílula [...]

a pílula representou uma verdadeira revolução sexual: aceitar a pílula foi também aceitar a vida sexual como uma experiência enriquecedora, parte do amor, mas não necessariamente ligada à reprodução [...]

Embora existissem anticoncepcionais anteriores à pílula, nenhum foi tão bem aceito e divulgado - inclusive pela própria classe médica. E um grande número de países oficializou o controle de natalidade através da pílula." (Claudia, Abril, 1978, p. 104; Claudia, Julho de 1980 p.204)

Ao citar mais uma vez o debate do ponto de vista da classe médica, a revista reforça novamente a sua posição. Até havia crítica e desconfiança em relação à pílula, mas estas eram sempre postas como argumentos de atores não autorizados o suficiente.

"...após sete anos de pesquisas, uma equipe da Universidade de Oxford, liderada pelo dr. Martin Vessey, concluiu que os benefícios dos anticoncepcionais (entre eles a pílula) são maiores que os riscos. Entre esses benefícios, citam a pequena incidência de gestações não planejadas e abortos. Em contrapartida, Barbara Seaman, escritora americana, autora de Livre e Feminina e de Mulheres e a Crise de Hormônios Sexuais, tanto alertou as mulheres contra as complicações da pílula que, por sua influência, muitas a trocaram por outros anticoncepcionais. Enquanto médicos, como o dr Kifstner, do hospital de Boston para Mulheres, revelaram que a confiança na pílula vem caindo (de 85% para até 40% de 10 anos para cá,

segundo o dr. Kifstner), Jane Johnson, co-diretora do departamento de controle da natalidade da cidade de Nova Iorque, comentou: "Mesmo que a pílula tivesse 10 vezes mais riscos, causaria menos problemas que a própria gravidez." (Claudia, Abril, 1978 p. 105; Claudia, Julho, 1980, p. 206)

Os riscos são acompanhados de argumentos que justificavam a tolerância a eles, pois estariam em jogo benefícios muito maiores. Além disso, já não era mais aceitável que as mulheres não utilizassem ao menos um método contraceptivo, que já configurava uma prática obrigatória, uma nova norma instituída. A lista de métodos que a revista apresenta é extensa, para que a leitora se adaptasse a pelo menos um deles.

6. CONCLUSÃO

Após acompanhar a trajetória da pílula na revista *Claudia*, descobrimos nesta fonte uma grande aliada e defensora da pílula que empregou diversas estratégias de difusão e argumentos para construção da aceitação do novo método contraceptivo. Os anticoncepcionais, além de serem noticiados, são defendidos, incentivados e, mitificados nos artigos e reportagens.

Claudia é um periódico com um nome feminino, que se apresenta como uma mulher fictícia, e representa um modelo ideal de mulher moderna de sua época: informada, organizada, bonita, boa mãe, boa profissional, feminista em algumas coisas, tradicional em outras, sempre na moda, cozinheira de vasto conhecimento e que ainda busca sempre se aprimorar. Constatamos neste trabalho que a fonte utilizada serviu como meio de propagação do discurso científico e de determinadas normas sociais que ditam o comportamento feminino hegemônico a ser performado.

A pílula anticoncepcional vem configurar mais uma forma de cumprimento do comportamento reprodutivo ideal, que então se definia para as mulheres: as que não tinham filhos deveriam tomar a pílula para tê-los somente em momento oportuno; as que já tinham filhos deveriam usar a anticoncepção para não terem mais filhos, e as que fossem estéreis deveriam tomar a pílula para talvez se tornarem férteis. Não importava a função, o medicamento era recomendado para todas as pessoas que possuíssem a fisiologia interpretada como feminina.

Nos primeiros anos, houve uma aposta na introdução da contracepção hormonal como algo perfeitamente adaptável às tradições. Associações da pílula com a fertilidade, gravidez e feminilidade insinuavam que o medicamento era uma ferramenta de auxílio para as famílias, e restrito ao uso conjugal. As potencialidades libertadoras do medicamento não são exploradas, a fim de não despertar os opositores.

A ciência é apresentada como uma forma de conhecimento neutra e, portanto superior. A tradição religiosa, os costumes e as normas sociais deveriam todas passar pelo crivo científico para serem consideradas relevantes. No caso específico da pílula, vimos esta ser defendida como símbolo do progresso e as proibições religiosas postas como representantes da manutenção de costumes que não contemplavam mais os fiéis. Os argumentos utilizados instituem causalidades que, muitas vezes, só existem no campo teórico, mas se tornam determinações através das suposições científicas. Por exemplo, quando a revista afirma que faltará comida e espaço na face da Terra, ou quando diz que um país populoso está condenado a ser miserável, colocando a resolução da “questão populacional” como solução para todos os problemas.

Os eixos analíticos deste trabalho – as relações afetivas e vivência da sexualidade; as dinâmicas familiares e vivência da maternidade; os costumes e os valores morais; a participação social e o trabalho feminino; e a relação das mulheres com o saber médico – estão ancorados na bibliografia histórica e conceitual sobre a pílula. Cada uma dessas dimensões foi contemplada pela revista de alguma forma; porém, observamos uma atuação mais intensa da revista, com a publicação de um volume maior de matérias sobre os aspectos sexuais e familiares. Ademais, com muita proeminência, a revista mediava a relação entre as mulheres e os médicos. De maneira até exaustiva, a figura do médico é recomendada para a resolução de todos os males, e insiste-se que somente este profissional pode decidir que método anticoncepcional a mulher deve usar. Igualmente,

apenas ele pode autorizar novos comportamentos e práticas, pois o seu conhecimento sobre a saúde, representava a civilização e o progresso, considerados como uma meta superior, que poderia transgredir valores morais, tradicionais e religiosos. A figura do médico é sempre masculina na revista, que os descreve como “um grande amigo”, e não há nenhum incentivo ou crítica ao fato de os corpos das mulheres estarem sob responsabilidade ou escrutínio dos homens.



Figura 11. *Claudia*, Maio de 1979 p.225

Diferentemente do que havíamos cogitado inicialmente, não houve *a priori* uma associação direta da pílula com a inserção da mulher no mercado de trabalho nas matérias veiculadas pela revista. A tônica era outra. Além disso, o próprio trabalho feminino (fora do lar) ainda se estruturava como prática possível para as mulheres de classe média (principal público leitor da revista). Era necessário ter cuidado para não vincular o trabalho feminino com um abandono massivo da maternidade e do ambiente

doméstico, algo temido pelos mais conservadores. As mulheres casadas, com filhos ou não, recebiam recomendações para trabalhar somente em caso de necessidade, ou para ajudar o marido com as despesas que fossem além do básico. A transformação no planejamento do curso da vida das mulheres, por meio do uso da pílula, só é tratada em conjunto com a questão do trabalho nas denúncias feitas no artigo sobre a CPMI da mulher, que ocorreu no final da década de 1970 e em que vemos casos graves de uso coercitivo da contracepção.

A revista adota posicionamento menos acrítico sobre a pílula, em meado dos anos de 1970, pois acaba arrefecendo a defesa do uso irrestrito do método em função de denúncias crescentes a respeito dos efeitos colaterais graves e complicações na saúde das mulheres. São mantidos os artigos sobre contracepção, porém ocorre a valorização e divulgação de outros métodos. Na tentativa de resolver as controvérsias sobre os efeitos colaterais do uso da pílula, os laboratórios passaram a investir em versões da pílula com menores dosagens hormonais e com outras combinações de substâncias. Neste ponto, a propaganda dos riscos controlados e previsíveis torna-se uma importante estratégia de divulgação. E, após algumas mudanças em sua formulação, a pílula retoma a sua posição de destaque na revista.

Nos últimos anos analisados, a contracepção já está, de certa forma, inserida como algo da rotina feminina. Usar um método anticoncepcional já não é mais uma questão a se debater, só havia necessidade de escolher qual método usar e as opções hormonais têm sempre a sua alta eficácia ressaltada na revista. No período em questão, surge a ideia de que escolher um método anticoncepcional é um ato de responsabilidade (pessoal e social), um planejamento racional da vida e uma forma de obtenção e exercício da cidadania. Controlar a chegada e o número de filhos torna-se imprescindível para as realizações profissionais e pessoais, pois a maternidade passa a

ser vista como um evento que compete com a demanda de força de trabalho e atuação na esfera pública, demasiado necessárias em um mundo neoliberal e capitalista. Este ideal já se fazia presente nas primeiras publicações; porém, somente após 20 anos de debate público, ele é absorvido a ponto de ser completamente inserido na rotina das mulheres.

7. REFERÊNCIAS

1. Watkins E S. On the pill: a social history of oral contraceptives 1950-1970. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press; 1998.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS 2006): Relatório Final [Internet]. Brasília: M.S.; 2008 [citado em 9 Fev. 2016]. 583 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf.
3. Dias TM. Controvérsias e Estabilização: o debate sobre as pílulas anticoncepcionais no diário O Globo, nas décadas de 1960 e 1970 [Dissertação]. Rio De Janeiro: Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz; 2015.
4. De Luca TR. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky CB. Fontes históricas. São Paulo: Contexto; 2005.
5. Freire MM. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2009.
6. Vieira EM. Políticas públicas e contracepção no Brasil. In: Berquó E. Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora Unicamp; 2003. p. 151-96.
7. Oudshoorn N. Beyond the natural body. an archeology of sex hormones. London: Routledge; 1994.
8. Martins AP. Visões do Feminismo: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2004.

9. Pedro M J. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Rev Bras História*. 2003;23(45):239-60.
10. Sobrinho DF. Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1993.
11. Costa AM. Planejamento familiar no Brasil. *Bioética* [Internet]. 1996 [citado em 9 Fev. 2016]; 4 [13 p]. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/416.
12. Foucault M. História da sexualidade I: a vontade de saber. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal; 2003.
13. Latour B. Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA-EDUSC; 2012.
14. Butler J. Problemas do gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
15. Martin E. A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.
16. Rohden F. Uma ciência da diferença: sexo contraceção e natalidade na medicina da mulher [Tese]. Rio de Janeiro: Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2000.
17. Piscitelli A. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu*. 1998;11:141-55.
18. Scott JW. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 1995;20(2):71-99.
19. Martin E. The egg and the sperm: how science has constructed a romance based on stereotypical male-female roles. *Signs (Chic)*. 1991;16(3):485-501.

20. Oudshoorn N. , Pinch, T. How users matter: the co-construction of users and technologies. Cambridge, Mass: The MIT Press; 2003.
21. Martín-Barbero J. De los medios a las mediaciones. Barcelona: Gustavo Gili; 1987.
22. Baseggio C A. O como e o quando do sexo: comportamento sexual adequado às mulheres. Revista Claudia. [1960?]; Seção de Reportagens.
23. Minayo MC. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde. 13. Ed. São Paulo: HUCITEC; 2013.
24. Buitoni DS. Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial; 2009.
25. Manica DT. Supressão da menstruação: ginecologistas e laboratórios farmacêuticos re-apresentando natureza e cultura [Dissertação]. Campinas: UNICAMP; 2003.
26. Ortner SB. Is female to male as nature is to culture? In: Rosaldo MZ, Lamphere L. Woman, culture, and society. Stanford, CA: Stanford University Press; 1974. p. 68-87.

8. APÊNDICE 1 – FICHA DESCRITIVA

TÍTULO DA MATÉRIA:

DATA DE PUBLICAÇÃO:

PAGINAS:

FOI CAPA? () sim () não

SEÇÃO DA PUBLICAÇÃO

() Mundo de *Claudia*

() Moda

() Cozinha

() Beleza

() Decoração

() Reportagens

() Artigos

() Contos

() Especiais

() Novidades para você e sua casa

() Leia, que é divertido

() Agora, leia que é sério

() Atenção: os assuntos especiais

() Trabalhos manuais

() Isso é divertido

() Entrevista

() Gente

() Trabalhos

() Comportamento

() Saúde

() Utilidades domésticas

() Trabalhos

() Gente

() Aqui entre nós (editorial)

Outros:

TIPO- GÊNERO:

Reportagem

Artigo

Notícia

Nota

Coluna

Carta das leitoras

Entrevista

Charge

Propaganda

Outros: _____

AUTORIA DA MATÉRIA (cargo, nome)

RESUMO CRÍTICO DA MATÉRIA (Quais os temas e objetivos da matéria? Quem são os atores, fontes, personagens, vozes que aparecem? Quem foi consultado? Qual é o público alvo? Como se desenvolvem as discussões, os argumentos e as visões do artigo)

9. ANEXOS

9.1. Anexo 1- Termo de responsabilidade para utilização de imagens do acervo da fundação Biblioteca Nacional



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGENS DO ACERVO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Eu, _____
(nome da pessoa legalmente qualificada para assinar o termo)

portador (a) do CPF nº _____, na qualidade de

pessoa física

representante legal do (a)

(razão social da empresa)

CNPJ nº _____, domiciliado(a) à

(no caso de pessoa física, preencher com endereço completo - rua, número, bairro, cidade e CEP - e telefone residenciais, no caso de

_____, declaro:
representante legal de pessoa jurídica, informar o endereço completo e telefones da empresa ou órgão representado)

- a) Concordar que não será autorizada a reprodução de originais que possuam fac-símiles, negativos ou diapositivos ou cópias digitais, em razão da necessidade de preservação do acervo. Nesses casos serão usadas as reproduções existentes;
- b) Utilizar as reproduções do acervo da Fundação Biblioteca Nacional cujas referências vão relacionadas ao final para única e exclusiva reprodução em:
_____;
- c) Estar de acordo em mencionar o crédito à Fundação Biblioteca Nacional por ocasião da sua utilização na forma: "**Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil**";
- d) Assumir o compromisso de não utilizar as imagens em outros trabalhos, edições, tiragens e publicações que não os especificados na presente solicitação e não repassar a terceiros as reproduções que me forem cedidas;
- e) Estar ciente que o descumprimento desta disposição acarretará na suspensão temporária do acesso do usuário ao serviço de reprodução da Fundação Biblioteca Nacional pelo prazo de 6 (seis) meses;
- f) Estar ciente do pagamento de retribuição pela preservação da integridade do acervo, de acordo com as finalidades declaradas no item b e os valores pré-determinados.